

Ágora

A Revista Científica da FaSaR

Revista Ágora

Faculdade Santa Rita - FaSaR

Ano V – Número 06 – Abril-2014

EXPEDIENTE

Editores

Ms. Raphael de Vicq Ferreira da Costa
Ms. Josemara Fernandes Guedes Sousa
Ms. Paulo Roberto Antunes

Conselho Editorial

(Editorial board/Comitê editorial)*

Dr^a. Aline Gisele Batista
Ms. Ana Paula Alves André
Dr. Darlan Roberto dos Santos
Ms. Daniela Baldino Duarte
Dr^a. Daniela Rodrigues Fernandes
Dr. Denilson Arlindo de Souza
Ms. Diego Roberto de Sousa Lima
Ms. Elisa Cristina Gonçalves
Dr^a. Geralda Fátima de Souza
Ms. Gilberto Martins
Ms. Giovanni Chagas Egg
Ms. Lilian Moura Nobre
Ms. Luís Carlos Queiroz Pimenta
Ms. Luis Henrique de Oliveira
Dr. Marcus Antônio Croce
Dr^a. Roberta Machado
Ms. Rodrigo Vicente Machado Toffolo
Ms. Ronaldo Asevedo Machado
Ms. Virgínia Tostes Vieira

Conselho Consultivo

Dr. Juarez G. Dias (UFMG)
Dr^a. Luciana Ramos de Moura (UFMG)
Dr. Odemir Vieira Baeta (UFV)
Dr. Bruno Eduardo Lobo Baeta (UFOP)

Revisão

Ms. José Reinaldo Souza Chaves (FASAR) – Língua Inglesa
Ms. Paulo Roberto Antunes (FaSaR) – Língua Portuguesa

Diagramação

Suzan Paula Silva Vieira

1. **Revista Ágora** – Faculdade Santa Rita –
FaSaR– Ano V – Número 06 – Abril-2014:
Gráfica **Bigráfica**.

Periodicidade: anual. ISSN 1982-2561

1. Faculdade Santa Rita
2. Multidisciplinar

SUMÁRIO

VALOR NUTRICIONAL DE HORTALIÇAS CULTIVADAS EM SISTEMA DE PRODUÇÃO VEGETAL SEM AGROTÓXICO E CONVENCIONAL.....	8
UMA REFLEXÃO TEÓRICA A RESPEITO DO TRABALHO	21
TIJOLO ECOLÓGICO: VISÃO GERAL E SITUAÇÃO DOS PROJETOS EM MINAS GERAIS	34
MESMA FAMÍLIA, DIFERENTES DESTINOS: A MICRO HISTÓRIA E O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES EM GUARAPIRANGA	44
CLARICE LISPECTOR: A ESCRITA DA INCOMPLETUDE PARA O GOZO DO LEITOR	64

EDITORIAL

Celebrando seu primeiro quinquênio de existência, a Revista Ágora tem sua 6ª edição levada ao público não somente da Faculdade Santa Rita – FaSaR – como também a todas comunidades acadêmicas nacional e internacional em que se fala a Língua Portuguesa.

Não fugindo à sua missão, desde a origem é o veículo oficial de comunicação da FaSaR, criada visando ao estímulo da produção científica e do debate acadêmico entre docentes e discentes para o desenvolvimento da sociedade por meio de trabalhos e ideias que tenham mérito prático no cotidiano do ser humano.

Novamente, nas páginas da Revista Ágora, os leitores irão se deparar com artigos científicos que têm relevante valor para a expansão e o aprimoramento do conhecimento gerado nas academias, frutos da pesquisa séria e embasada na preocupação constante com a qualidade dos trabalhos acadêmicos.

A periodicidade anual garante o alto nível dos trabalhos selecionados pelo conselho editorial, convertendo as páginas em um espaço multidisciplinar a ser pensado como um laboratório para as produções desenvolvidas pelos professores e alunos da FaSaR e de outras instituições de nível superior, objetivando o amadurecimento intelectual dos discentes e de toda a sociedade que poderá se beneficiar com o acervo ideológico empreendido.

Esta revista científica é, ainda, uma prova concreta e robusta de que o aumento da oferta de cursos e do espaço físico da FaSaR é fruto de muitos estudos, pesquisas, amadurecimento acadêmico e, sobretudo, da ênfase que se dá, nesta Instituição, ao trabalho em equipe, considerado como o pilar fundamental para tudo e todos aqueles que almejam um sonho maior: dias melhores para a humanidade e a manutenção do compromisso com a paz e o desenvolvimento social, erradicando de forma gradativa todas as formas de injustiças que atrasam a transcendência do ser humano.

Ms. Raphael de Vicq Ferreira da Costa
Ms. Josemara Fernandes Guedes Sousa
Ms. Paulo Roberto Antunes
Editores

VALOR NUTRICIONAL DE HORTALIÇAS CULTIVADAS EM SISTEMA DE PRODUÇÃO VEGETAL SEM AGROTÓXICO E CONVENCIONAL

Nair Tavares Milhem Ygnatios Ferreira¹
Sabrina Mendes Silva²
Rosilene de Nazaré da Silva³
Geórgia das Graças Pena⁴
Clarice Lima Álvares da Silva⁵
Roldão Roosevelt Urzedo De Queiroz⁶

RESUMO

O presente estudo objetivou comparar o valor nutricional das vitaminas C, B1 e B12, caroteno e dos minerais: fósforo, potássio, cálcio, magnésio, cobre, ferro, manganês e zinco nas hortaliças em amostras cultivadas em sistema sem agrotóxicos em comparação com suas similares convencionais, bem como avaliou a presença de resíduos de inseticidas organoclorados e organofosforados nas amostras sem agrotóxicos. As amostras sem agrotóxicos foram adquiridas diretamente com o produtor, no município de Itabirito, Minas Gerais, e as convencionais foram adquiridas em um ponto comercial da mesma cidade, onde também são cultivados e comercializados os produtos sem agrotóxicos. Posteriormente foram encaminhadas para o Laboratório de Análises Químicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Para realização das análises químicas quantitativas de micronutrientes e multirresíduos, as amostras foram tratadas “in natura”, sendo o material fragmentado e submetido a diferentes métodos de análises. Pôde-se observar que os micronutrientes avaliados nas hortaliças convencionais foram quantitativamente maiores em comparação às sem agrotóxicos, exceto para alguns nutrientes. As análises de resíduos de inseticidas em todas as amostras sem agrotóxicos foram negativas. Diante dos resultados, recomenda-se que mais pesquisas sejam desenvolvidas utilizando maior número de amostras em alimentos diferenciados.

Palavras-chave: Hortaliças; Agrotóxicos; Análise química; Resíduos; Valor nutricional.

¹ Nutricionista, Especialista em Nutrição Humana e Saúde, Universidade Federal de Lavras, Mestranda em Saúde e Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP e Professora da Faculdade Santa Rita - FaSaR.

² Nutricionista, FaSaR.

³ Nutricionista, FaSaR.

⁴ Nutricionista, Doutora em Saúde e Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

⁵ Nutricionista, Doutora em Ciências da Saúde, Centro de Pesquisas René Rachou-FIOCRUZ e Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus de Governador Valadares.

⁶ Farmacêutico, Doutor em Ciências/Química Analítica, UNICAMP – Campinas – SP e Professor da FaSaR e Coordenador do Curso de Farmácia – FaSaR.

ABSTRACT

The present study aimed to compare the nutritional value of vitamins C, B1 and B12, carotene and minerals: phosphorus, potassium, calcium, magnesium, copper, iron, manganese and zinc in vegetables grown in the system without pesticides samples compared to their similar conventional as well as evaluated the presence of residues of organochlorine and organophosphate insecticides in samples without pesticides. The samples were acquired without pesticides directly with the producer, in the municipality of Itabirito, Minas Gerais, and conventional were acquired in a commercial point of that city, where they are also grown and marketed products without pesticides. Subsequently were sent to the Chemical Analysis Laboratory of the Federal University of Minas Gerais. To perform the quantitative chemical analysis of micronutrients and multiresidues the samples were treated "in nature", and the fragmented material is subjected to different methods of analysis. It was observed that the micronutrient in conventional vegetables were quantitatively higher than those without pesticides, except for some nutrients. The analyzes of residues of pesticides in all samples were negative without pesticides. Given the results, it is recommended that more research be developed using more samples in different foods.

Keywords: Vegetables; Pesticides; Chemical analysis; Waste; Nutritional value.

INTRODUÇÃO

Para Kotaka (2000) e Borguini e Torres (2006), o aumento do uso de produtos químicos na agricultura tem gerado preocupação crescente quanto aos riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Tal preocupação decorre dos inúmeros casos de doenças registradas em seres humanos e problemas ambientais às quais parecem ter os agrotóxicos como agentes etiológicos. Dentro desse contexto, há uma crescente demanda mundial por alimentos produzidos de forma orgânica, isto é, com a ausência de fertilizantes químicos, antibióticos entre outras drogas usualmente utilizadas, o que os tornam mais saudáveis (ARCHANJO; BRITO; SAUERBECK, 2001).

Assim destaca-se a agricultura orgânica, que faz parte do conceito de agricultura alternativa, englobando outras correntes como o sistema de produção vegetal sem agrotóxico, conhecido pela sigla SAT que, em qualquer fase da produção, deve atender os princípios estabelecidos pela Portaria nº1.005, de 22 de junho de 2009. Os produtos certificados contém um “selo de qualidade” registrado no Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, específico para tais (BELO HORIZONTE, 2009).

De acordo com diversos autores, existem hipóteses de que o sabor do alimento produzido sem agrotóxico é mais agradável e seu valor nutricional é superior (SMITH, 1993; WARMAN e HAVARD, 1997; WORTHINGTON, 2001; WILLIAMS, 2002; ISMAIL e FUN, 2003). Apesar de ser um aspecto de grande importância para os alimentos SAT, este tema vem sendo pouco estudado e alguns resultados obtidos ainda são conflitantes. Reforça-se, então, a importância de realizar novos levantamentos sobre o assunto, discutindo-os detalhadamente (SANTOS e MONTEIRO, 2004).

Tendo em vista as informações sobre vários outros aspectos dos alimentos SAT, dentre eles os nutricionais e, diante da necessidade da realização de mais estudos que visem comprovar as vantagens dos alimentos produzidos sem agrotóxicos, considerando o substancial aumento do interesse do consumidor por esses alimentos, julga-se pertinente à realização desta pesquisa, tendo como objetivo avaliar o valor nutricional de hortaliças assim cultivadas em comparação a suas similares convencionais, além de comprovar a ausência de resíduos de inseticidas organoclorados e organofosforados em amostras das hortaliças cultivadas no sistema de produção vegetal sem agrotóxicos.

MÉTODOS

O estudo foi do tipo descritivo, no qual foram coletadas amostras de cinco hortaliças, dentre elas cenoura (*Daucuscarota, Lin*), beterraba (*Beta vulgaris, var.esculenta, Sali sb.*), alface crespa e lisa (*Lactuca sativa Lin*), e brócolis (*Brassicaoleracea, Lin., var. itálica, PlencK.*), cultivadas nos sistemas convencional e SAT, comercializadas no ano de 2010.

As hortaliças SAT foram adquiridas diretamente do produtor, em uma fazenda localizada em São Gonçalo do Baçõ, município de Itabirito-MG, o qual foi esclarecido sobre todos os objetivos do presente estudo e consentiu em participar do mesmo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo coletadas, segundo Borguini (2002), Veloso *et al* (2004),

Lucia *et al* (2008) e Maia *et al* (2008), e posteriormente transportadas para a realização das análises. Por outro lado, as hortaliças convencionais foram adquiridas em um ponto comercial de Itabirito onde também foram produzidas as hortaliças SAT. É de extrema importância informar que as hortaliças convencionais foram cultivadas na mesma cidade em que são comercializadas. Assim as questões referentes a diferenças geográficas como de solo, clima, temperatura ambiente, entre outros, não influenciaram nos resultados encontrados.

Assegurou-se, também, um controle de fatores que visavam a evitar que a análise comparativa das hortaliças pudessem a vir serem afetadas por características não inerentes ao tipo de cultivo, sendo exemplos dessa situação o cuidado adotado com o transporte das amostras, embalagens utilizadas, exposição à umidade, luz, calor e mesma época de colheita.

As análises foram realizadas pelo Laboratório de Análises Químicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), simultaneamente para cada cultivar obtido pelos dois métodos de cultivo, o SAT e o convencional, a fim de que os resultados não fossem prejudicados por outras variáveis, além dos métodos de cultivo das hortaliças (BORGUINI, 2002). Para aumentar a confiabilidade dos dados, todas as análises foram realizadas em triplicata, melhorando o poder de observação dos dados. Os resultados foram expressos pela média obtida por meio das repetições.

As amostras do material vegetal foram higienizadas segundo procedimentos já utilizados por outros autores (SILVA, NOGUEIRA e GUIMARÃES, 2010) e subdivididas em pequenos pedaços com faca de teflon (CARVALHO, 1990).

Para a extração das vitaminas B₁ e B₁₂, o material fragmentado foi exposto a vapor de água. A extração dos carotenóides seguiu metodologia conforme Carvalho (1990) e Mercadante (1994). As soluções assim obtidas foram analisadas por Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (CLAE) a partir do cromatógrafo marca Dionex Aquatec®, modelo IR 470 – 2009; utilizando a técnica de partição, bomba pneumática, programação por gradiente, válvulas

para injeção de microamostras, colunas analíticas Pocket® e detectores específicos. O cromatograma das análises foi interpretado pelo programa Modelo Simplex Modificado®, obtendo-se a quantificação dos resultados.

Para determinação dos elementos P, K, Ca, Mg, Cu, Fe, Mn e Zn, utilizou-se o método por via úmida, no qual as amostras são solubilizadas com ácidos nítrico (65%) e perclórico (70%). A determinação analítica quantitativa dos nutrientes se deu por espectrometria de absorção atômica em chama Perkin Elmer®, modelo 3160, com lâmpadas monoelementares de catodo oco de P, K, Ca, Mg, Cu, Fe, Mn e Zn (CARMO *et al*, 2000).

Para determinação da vitamina C, as amostras aquosas foram tituladas em aparelho apropriado, sendo o titulador automático com solução aquosa de iodo em presença de amido (HARRIS, 2005).

Foi realizada a análise de resíduos de inseticidas em todas as amostras SAT. As mesmas foram fragmentadas e expostas a vapor de água. A solução resultante sofreu extração com uma mistura de éter de petróleo e hexano na proporção de 1:3 (v/v) e submetida à CLAE, utilizando as mesmas técnicas descritas anteriormente.

Os teores de nutrientes obtidos nas análises químicas das hortaliças sem agrotóxicos foram comparados com aqueles obtidos nas análises químicas das hortaliças convencionais. Os resultados das análises químicas foram codificados e armazenados com o auxílio do programa *Microsoft Office Excel for Windows*®, ano 2007, e expressos em valores absolutos.

É importante ressaltar que o presente estudo foi elaborado atendendo a todos os preceitos éticos e o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê Interno de Ética em Pesquisa da Faculdade Santa Rita - FaSaR de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, confirmado pelo parecer número 108/2010.

RESULTADOS

Os dados da análise química dos alimentos SAT e dos convencionais para os nutrientes potássio, fósforo, cálcio, magnésio, ferro, manganês, zinco, cobre e vitamina C, B12, B1 e caroteno estão apresentados na tabela 1.

Os micronutrientes avaliados na alface lisa convencional foram quantitativamente maiores em comparação à alface lisa SAT, exceto quando avaliado o ferro. O mesmo foi encontrado em relação à alface crespa convencional comparada a SAT, exceto para os nutrientes ferro e fósforo. A beterraba convencional também apresentou os teores dos micronutrientes avaliados mais elevados em relação aos da hortaliça SAT, com exceção do cobre e das vitaminas B12, B1. As amostras de brócolis convencional apresentaram superioridade apenas para fósforo, zinco e cobre comparado com seu similar SAT.

Tabela 1 – Resultados das análises químicas quantitativas de hortaliças SAT e convencionais, 2010.

Hortaliças / Nutrientes	K ¹	P ¹	Ca ¹	Mg ¹	Fe ¹	Mn ¹	Zn ¹	Cu ¹	Vitamina C ²	B ₁₂ ²	B ₁ ²	Caroteno ²
Alface lisa convencional	18,4	12,6	30,4	14,5	0,4	0,6	0,16	5,8	Nd	Nd	Nd	Nd
Alface lisa SAT	16,8	9,6	21,5	12,1	0,8	0,5	0,14	3,5	Nd	Nd	Nd	Nd
Alface crespa convencional	19,6	11,4	28,9	12,8	0,5	0,4	0,18	5,7	Nd	Nd	Nd	Nd
Alface crespa SAT	17,2	12,6	20,1	10,8	0,6	0,4	0,12	4,1	Nd	Nd	Nd	Nd
Cenoura SAT	323,3	35,5	34,6	12,4	0,5	0,3	0,21	0,1	122,3	5,5	3,6	2,4
Beterraba convencional	98,3	59,5	122,0	46,7	1,3	0,24	0,09	0,1	2,40	1,21	0,36	1,27
Beterraba SAT	98,22	45,6	100,9	34,5	0,9	0,21	0,08	0,3	2,22	5,62	0,95	0,45
Brócolis convencional	110,2	57,6	134,8	45,6	0,6	0,34	0,09	0,2	1,25	7,60	2,38	0,56
Brócolis SAT	115,3	56,7	135,6	45,8	0,7	0,38	0,08	0,1	1,36	7,89	2,87	0,58

¹mg/100g de amostra – desvios menores ou iguais a 0,05

²mg/100g de amostra – desvios menores ou iguais a 0,08

Nd = não determinado

DISCUSSÃO

Quanto à alface crespa SAT, pode-se observar pelos resultados apresentados na tabela 1 que o fósforo e o ferro foram quantitativamente maiores quando comparados ao método de cultivo convencional. Comparando os dados desta pesquisa com os de Stertz *et al* (2005), que analisou diversos nutrientes na alface convencional e orgânica, foi possível perceber que os valores de fósforo, magnésio e potássio encontrados por aquelas autoras foram superiores para as amostras de alface lisa e crespa considerando ambos os métodos de cultivos abordados. Os valores de ferro e zinco assemelham-se em todas as amostras. Porém os valores de cálcio e cobre foram inferiores aos obtidos no presente trabalho.

Não foi determinado os carotenos em todas as amostras de alface, embora Ismail e Fun (2003) tenham determinado conteúdos de β -caroteno, sendo os resultados similares para as alfaves orgânica e convencional.

As hortaliças são conhecidas como gêneros importantes para a alimentação, especialmente devido ao seu conteúdo de micronutrientes, destacando-se as vitaminas. São consideradas importantes fontes de vitamina C, contendo quantidades apreciáveis desse nutriente (MAIA *et al*, 2008). É importante salientar que diversos estudos afirmam que alimentos produzidos no sistema orgânico tendem a ter um teor maior de vitamina C (WORTHINGTON, 2001; BOURN e PRESCOTT, 2002). Esse fato pôde ser comprovado neste trabalho, para as amostras de cenoura SAT. O valor de vitamina C (122mg/100g) obtido para a cenoura SAT foi muito superior aos encontrados por Arbos (2009) em cenouras orgânicas que variaram entre 5,93 a 6,91mg/100g.

O brócolis SAT foi o alimento que obteve o maior número de nutrientes quantitativamente superiores de potássio, cálcio, magnésio, ferro, manganês, vitamina C, B₁₂, B₁ e caroteno quando comparado ao convencional. A superioridade no teor nutricional do brócolis orgânico também foi constatada por Lima-Pallone, Catharino e Godoy (2008) que determinaram os folatos presentes em brócolis comercializados na cidade de Campinas, comparando a

concentração da vitamina no vegetal cultivado de forma orgânica e convencional.

A beterraba SAT demonstrou valores quantitativamente maiores de vitamina B₁ e B₁₂ quando comparada a sua similar convencional. A vitamina B₁₂, ou cobalamina como também é denominada, foi isolada em 1948 e inclui os compostos metilcobalamina e 5-desoxiabenosil-cobalamina (LAMOUNIER, F. B., WEFFORT e LAMOUNIER, J. A., 2009). As maiores fontes de vitamina B₁₂, segundo Franco (2001), são os alimentos de origem animal como carnes, vísceras (fígado e rim), ovos, pescados, leite e queijos, não sendo encontrada nos alimentos de origem vegetal. Philippi (2008) explica que a síntese da vitamina ocorre somente pela ação de bactérias, algas e fungos, tornando assim os alimentos de origem animal a única fonte confiável da vitamina, uma vez que o gado a obtém da síntese bacteriana estomacal, do solo ingerido durante a pastagem e na ruminação.

As plantas não contêm vitamina B₁₂, uma vez que não a sintetizam. Os alimentos de origem vegetal que contêm essa vitamina, a obtém apenas através da contaminação pelo solo ou da síntese bacteriana (COSTA e PELUZIO, 2008; PHILIPPI, 2008; MAHAN, ESCOTT-STUMP, 2010). Dessa forma, considera-se que a deficiência nutricional de vitamina B₁₂ raramente ocorre nos vegetarianos ortodoxos. Mesmo sem fonte aparente da vitamina na alimentação, tem-se evidências de que a contaminação bacteriana da água e dos alimentos com microrganismos produtores da mesma forma pequenas quantidades de B₁₂ na superfície das frutas e hortaliças, fornecendo a quantidade mínima adequada dessa vitamina (BENDER, 2005).

Explica-se o fato de a beterraba SAT apresentar maior teor de vitamina B₁₂, pois uma vez que é isenta de produtos químicos favorece um maior crescimento microbiano em sua superfície, o que possibilita a produção da vitamina em quantidades mais elevadas. Bender (2005) exemplifica a ausência da ação de produtos químicos nos vegetais associada à produção da vitamina, como abordado, e à consequente ingestão adequada do nutriente quando cita o caso do morcego, que se alimenta de frutas e, quando recebe somente frutas

higienizadas em laboratório, desenvolve a deficiência da vitamina B₁₂, o que não acontece em seu ambiente selvagem, onde a contaminação microbiana natural da parte externa das frutas fornece o aporte adequado da vitamina ao animal.

Atribuem-se os resultados encontrados da vitamina B₁₂ nos alimentos SAT à ausência dos resíduos químicos com convicção, pois as análises de resíduos de inseticidas organoclorados e organofosforados em todas as amostras de hortaliças SAT foram negativas. O mesmo foi encontrado por Stertz, Rosa e Freitas (2005) nas amostras de batatas orgânicas e Stertz *et al* (2005) em alfaces orgânica.

CONCLUSÃO

Embora existam dados disponíveis sobre diferentes alimentos cultivados sem agrotóxicos e convencionais, bem como sobre seus atributos, ainda assim não é possível fazer uma comparação consistente devido ao pequeno número de trabalhos que objetivaram comparar às características nutricionais dos alimentos cultivados sob esses dois modos diferenciados de cultura e dada a grande variabilidade de parâmetros que devem ser considerados. Os estudos disponíveis apresentam resultados contraditórios, evidenciando a necessidade de mais estudos nessa linha de pesquisa.

Quanto às consumidores que buscam reduzir sua exposição aos resíduos químicos, diante dos prováveis efeitos deletérios, a opção pela aquisição de alimentos SAT é válida, uma vez que a análise de resíduos inseticidas organoclorados e organofosforados foram negativas, demonstrando a seriedade com que esses produtos são tratados por parte das entidades certificadoras e dos responsáveis pelos processos produtivos. Dessa forma, pode-se afirmar que o consumo dos produtos SAT beneficia o consumidor, oferecendo maior apelo em relação à segurança alimentar e à qualidade de vida, contribuindo também com o meio ambiente, uma vez que as práticas de

cultivo consideradas neste sistema oferecem um risco de impacto ambiental mínimo.

Apesar de não comparados estatisticamente, os resultados encontrados no presente estudo podem ser considerados válidos e relevantes para a consideração na prática clínica, visto que as diferenças nos teores nutricionais obtidas de acordo com o modo de cultivo das hortaliças podem significar a adequação ou não da ingestão alimentar de um ou mais nutrientes.

Sugere-se, no entanto, que outros estudos sejam realizados, utilizando-se alimentos diferenciados, controlando as etapas de produção e pós-colheita, além de um maior número de amostras, para que se possam observar possíveis diferenças na composição nutricional e nas características sensoriais desses alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBOS, Kettelin Aparecida. **Qualidade sanitária e nutricional de hortaliças orgânicas**. 2009. 160f. Tese (Doutorado) – Universidade do Paraná, Curitiba.

ARCHANJO, Léa Resende; BRITO, Karla Francine W. de; SAUERBECK, Sally. **Alimentos orgânicos em Curitiba: consumo e significado**. Revista Cadernos de Debate, v.8, p.1-6. 2001.

BELO HORIZONTE. Instituto Mineiro de Agropecuária. Portaria nº 1.005, de 22 de junho de 2009. **Baixa o regulamento técnico para a produção vegetal em sistema sem agrotóxicos – SAT para fins de certificação e dá outras providências**. 10p. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/portarias/doc_details/688-portaria-no1005> Acesso em 11 de janeiro de 2011 às 13:54h.

BENDER, David A. As vitaminas. In: GIBNEY, Michael J.; VORSTER, Hester H; KOK. Frans J. **Introdução à nutrição humana**. Tradução de Telma Lúcia de Azevedo Hennemann. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Tradução: Introduction to human nutrition. p.114-161. 317p.

BORGUINI, Renata Galhardo. **Tomate (*Lycopersicon esculentum* Mill) orgânico: o conteúdo nutricional e a opinião do consumidor**. 2002. 110p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba.

BORGUINI, Renata Galhardo; TORRES, Elizabeth A. Ferraz da Silva. **Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento.** Segurança alimentar e nutricional, v.13, n.2, p.64-75. 2006.

BOURN, Diane; PRESCOTT, John. **A comparison of the nutritional value, sensory qualities, and food safety of organically and conventionally produced foods.** Critical Reviews in Science and Nutrition, v.42, n.1, p.1-34. 2002.

CARMO, Arcangela Ferreira de Santana; ARAÚJO, Wilson Sant'Anna; BERNARDI, Alberto Carlos de Campos; SALDANHA, Marcelo Francisco Costa. **Métodos de análise de tecidos vegetais utilizados na Embrapa Solos:** Circular técnico nº 6. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2000. 47p.

CARVALHO, Paulo Roberto Nogueira. **Determinação de carotenóides provitamina A por Cromatografia em Coluna Aberta e Cromatografia Líquida de Alta Eficiência.** 1990. 89f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Química, São Paulo.

COSTA, Neuza Maria Brunoro; PELUZIO, Maria do Carmo Gouveia. **Nutrição básica e metabolismo.** Viçosa: UFV, 2008. 400p.

FRANCO, Guilherme. **Tabela de composição química dos alimentos.** 9. ed. São Paulo: Atheneu, 2001. 307p.

HARRIS, Daniel C. **Análises químicas quantitativas.** 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. 876p.

ISMAIL, Amin; FUN, Cheah Sook. **Determination of vitamin C, β -carotene and riboflavin contents in five Green vegetables organically and conventionally grown.** Mal J Nutr, v.9, n.1, p. 31-39. 2003.

KOTAKA, Elia Tie. **Contribuições para a construção de diretrizes de avaliação do risco toxicológico de agrotóxicos.** 2000. 176f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas.

LAMOUNIER, Fernando Becker; WEFFORT, Virgínia Resende Silva; LAMOUNIER, Joel Alves. Anemias megaloblásticas nutricionais. In: WEFFORT, Virgínia Resende Silva; LAMOUNIER, Joel Alves. **Nutrição em pediatria: da neonatologia à adolescência.** São Paulo: Manule, 2009. p.155-159.

LIMA-PALLONE, Juliana Azevedo; CATHARINO, Rodrigo Ramos; GODOY, Helena Teixeira. **Folatos em brócolis convencional e orgânico e perdas no processo de cocção em água.** Química Nova, v.31, n.3, p.530-535. 2008.

LUCIA, Ceres Mattos Della; CAMPOS, Flávia Milagres; OLIVEIRA, Daniela da Silva; PINHEIRO-SANT'ANA, Helena Maria. **Validação de critérios para controle de perdas de vitamina C em hortaliças preparadas em unidade de**

alimentação e nutrição hospitalar. Ciência e Tecnologia de Alimentos, Campinas, v.28, n.4, p.809-816, out./dez. 2008.

MAIA, Geisy Emanuelle Gonçalves; PAQUI, Simone Cristina; LIMA, Ariane da Silva; CAMPOS, Flávia Milagres. **Determinação dos teores de vitaminas C em hortaliças minimamente processadas.** Alim. Nutr., Araraquara, v.19, n.3, p.329-335, jul./set. 2008.

MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia.** 12. ed. Tradução de Natalia Rodrigues Pereira *et al.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 1351p. Tradução de: Krause's food, nutrition & diet therapy.

MERCADANTE, Adriana Zerlotti. **Estudo de carotenóides por Espectrometria de Massas e Cromatografia Líquida de Alta Eficiência.** 1994. 170f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia de Alimentos, Campinas.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva. **Pirâmide dos alimentos: fundamentos básicos da Nutrição.** São Paulo: Manole: 2008. 387p.

SANTOS, Graciela Cristina dos; MONTEIRO, Magali. **Sistema orgânico de produção de alimentos.** Alimentos e Nutrição, v.15, n.1, p.73-86. 2004.

SILVA, Enilson de Barros; NOGUEIRA, Francisco Dias; GUIMARÃES, Paulo Tácito Gontijo. **Análise de cloreto em tecido vegetal.** Disponível em: <http://www.editora.ufpa.br/site/_adm/upload/boletim/bol_31.pdf> Acesso em 12 de novembro de 2010 às 13:59h.

SMITH, Bob L. **Organic foods vs. supermarket foods: element levels.** Journal of Applied Nutrition, v.45, n.1, p.35-39. 1993. (Abstract).

STERTZ, Sônia Cachoeira; ROSA, Maria Iverly Santos; FREITAS, Renato João Sossela de. **Qualidade nutricional e contaminantes da batata (*Solanum Tuberosum L., Solanaceae*) convencional e orgânica na Região Metropolitana de Curitiba – Paraná.** B. CEPPA, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 383-396, jul./dez. 2005.

STERTZ, S. C.; FREITAS, R. J. S.; ROSA, M. I. S.; PENTEADO, P. T. P. S. **Qualidade nutricional e contaminantes de alface (*Lactuca sativa L.*) convencional, orgânica e hidropônica.** Visão Acadêmica, Curitiba, v.6, n.1, p.51-59, jan./jul. 2005.

VELOSO, Carlos Alberto Costa; ARAÚJO, Sonia Maria Botelho; Viégas, Ismael de Jesus Matos; OLIVEIRA, Raimundo Freire. **Amostragem de plantas para análise química: Comunicado técnico nº 121.** Belém: EMPRAPA, 2004. 4p.

WARMAN, P. R.; HAVARD, K. A. **Yield, vitamin and mineral contents of organically and conventionally grown carrots and cabbage.** Agriculture, Ecosystems and Environment. v.61, p.155-162, ago. 1997.

WILLIAMS, Chistine M. **Nutritional quality of organic food: shades of grey or shades of green?** Proceedings of the Nutrition Society, v.61, p. 19-24. 2002.

WORTHINGTON, Virginia. **Nutritional Quality of organic versus conventional fruits, vegetables, and grains.** The Journal of Alternative and Complementary Medicine, v. 7, n. 2, p. 161-173. 2001.

UMA REFLEXÃO TEÓRICA A RESPEITO DO TRABALHO

Cândida Clara de Oliveira Pereira da Fonseca¹

RESUMO

O trabalho, neste estudo, é considerado nas formas que assume sob as relações capitalistas de produção. A divisão do trabalho, característica das sociedades capitalistas, ao separar os homens em proprietários e não proprietários dá aos primeiros poder sobre os segundos, produz grandes massas trabalhadoras exploradas economicamente e dominadas politicamente. Questão de dominação de uma classe sobre outra. Aqui aparece a luta de classes, que se manifesta em ações de trabalhadores, visando diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salários, as greves, até a revolução. O homem moderno se define por sua profissão, pois passa um terço ou mais do seu cotidiano no exercício de sua atividade profissional, quando não dedica o resto do tempo a ela de várias maneiras indiretas: transportando-se para o trabalho, estudando, participando de congressos. Atualmente constata-se que o próprio significado do trabalho, para cada indivíduo, está se deslocando daquele associado a uma carreira fixa, com progressões funcionais sucessivas para o que corresponde ao desempenho de tarefas diversificadas, em diferentes projetos, com alterações, inclusive, nas formas de remuneração. Consequentemente, hoje, a ideia de uma formação permanente encontra-se crescentemente presente na reorganização do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Reflexão; Homem; Trabalho; Exploração.

ABSTRACT

The work in this study is considered the forms it takes under capitalist relations of production. The division of labor characteristic of capitalist societies, to separate the men in proprietary and non-proprietary give the 1st power over the 2nd, produces broad working masses exploited economically and politically dominated. Question of domination of one class over another. Here appears the class struggle, which manifests itself in actions of workers in order to reduce the domination and exploitation, ranging from the struggle to reduce the working hours, increased wages, strikes, until the revolution. Modern man is defined by his profession, because it passes a third or more of their daily lives in the exercise of their professional activity when devotes the rest of her time in many indirect ways: transporting yourself to work, studying, attending conferences. Currently it appears that the very meaning of work for each individual, is shifting from that associated with a fixed career with successive functional progressions, which corresponds to the performance of diverse tasks in different projects, as amended, including in forms of remuneration. Consequently today the idea

¹ Mestre em Engenharia de Produção.

of a permanent training is increasingly present in the reorganization of the working world.

Keywords: Reflexion; Man; Job; Exploration.

INTRODUÇÃO

O trabalho sempre ocupou lugar central na vida de diferentes comunidades e, praticamente, é o sentido da vida dos seres humanos. O trabalho de cada um contribui, através dos êxitos e fracassos, para que o indivíduo se sinta satisfeito ou insatisfeito consigo mesmo, uma pessoa realizada profissionalmente ou não. Além disso, é necessário encontrar um trabalho para poder subsistir. O trabalho é uma ação humana exercida num determinado contexto social. E cada contexto social exige um tipo particular de comportamento. O trabalho atua como um operador fundamental na construção do sujeito e, além disso, reflete aquilo que o indivíduo é.

Diversos sentidos podem ser atribuídos ao trabalho: trabalho como forma de realização, trabalho como disciplina do intelecto, trabalho como forma de sobrevivência, trabalho constitutivo da identidade. Quanto mais um indivíduo ascender na escala profissional, mais ascensão obterá no contexto social. Nossa sociedade valoriza as pessoas em função de seus lugares no mundo do trabalho.

O trabalho, neste estudo, é considerado nas formas que assume sob as relações capitalistas de produção. A divisão do trabalho, característica das sociedades capitalistas, ao separar os homens em proprietários e não proprietários, dá aos primeiros poder sobre os segundos, produz grandes massas trabalhadoras exploradas economicamente e dominadas politicamente. Questão de dominação de uma classe por outra. Aqui aparece a luta de classes que se manifesta em ações dos trabalhadores, visando diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salários, as greves, até a revolução.

A modernidade tem sido incapaz de garantir o bem-estar, não obstante o progresso tecnológico dos últimos 40 anos e o momento atual são de grande desconforto. Milhões de criaturas, diariamente, acionam a alavanca do trabalho e da luta por melhores dias. A sociedade, em sua organização, lança o indivíduo na busca incessante de sucesso material, acúmulo de bens, somatório de conhecimentos e estabelece o perfil de um homem de sucesso: o fascínio de ter o exercício do poder.

Mas a concentração de renda no Brasil é responsável por um quadro socioeconômico caracterizado pela existência de grandes fortunas nas mãos de poucos, ao lado da miséria que atinge a maior parte da população. Pesquisas apontam que 60% da população economicamente ativa recebe até 2 salários mínimos. As desigualdades econômicas, em uma sociedade de classes, implicam em desigualdades sociais.

Para Whitaker (1997), o trabalho humano é uma das categorias ameaçadas de extinção pela nova fase do industrialismo triunfante. O que desaparece com a automação são milhares de postos de trabalho, gerando as dolorosas estatísticas de desemprego que assolam o planeta como um todo. Novas profissões e carreiras estão emergindo para fazerem funcionar esse novo sistema marcado pela automação ou pelos excessos de maquinaria em funcionamento.

Os reflexos, a pressão e o aumento da crise econômica mundial têm produzido consequências que, há tempos, têm perseguido o trabalhador. As empresas têm restringido seus quadros e há vários casos de políticas de estímulo às demissões voluntárias. Segundo Kanaane (1999, p. 28), “as condições atuais existentes na situação de trabalho, de maneira geral, têm gerado, para parte significativa dos trabalhadores, desajustes comportamentais, estresses, somatizações, inadequações ao trabalho e ao meio no qual o mesmo se insere”.

Há estudos voltados para a questão da saúde e do trabalho humano, destacando-se a abordagem do estresse ocupacional. As reações diante da

insatisfação profissional podem ser observadas sob diversos parâmetros que se situam fora do ambiente de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Etimologicamente, o termo “trabalho” está relacionado com uma forma de tortura. Desse modo, segundo Baró (1983), trabalho é sinônimo, em sua origem, de sofrer, esforçar-se dolorosamente. Até o final da Idade Média, o trabalho ainda era considerado castigo; tanto assim é que os nobres não trabalhavam. Ainda no século XIX, o trabalho era considerado vergonhoso para nobres decadentes remanescentes da velha estrutura social.

Conforme a história nos ensina, na Idade Média, o trabalho era realizado pelos servos da gleba, que valiam pouco mais do que escravos. Os primeiros artesãos eram olhados com desprezo. Com o surgimento do Protestantismo, o trabalho deixou de ser castigo e começou a aparecer como virtude e vocação.

Para produzir o proletariado, os novos trabalhadores, agora assalariados, métodos bem persuasivos foram utilizados. Milhares de pessoas foram condenadas à força por vadiagem, principalmente na Inglaterra do século XVIII.

Iniciou-se a seguir a Revolução Industrial. Também os camponeses, expulsos dos campos, transformaram-se em proletários das fábricas em ascensão. Milhares de empregos foram criados.

Após a Revolução Industrial, o trabalho “livre” foi estabelecido como essencial ao funcionamento do sistema econômico emergente: o capitalismo. O trabalhador passou a oferecer a sua força de trabalho num mercado abstrato sobre o qual não tem, absolutamente, qualquer controle.

Numa sociedade marcada por desigualdades profundas e não assumidas, como é a nossa, os indivíduos podem estar desmotivados para tarefas pesadas e sujas, cujos resultados prestam-se tão somente para a acumulação do capital que os oprime. Pode ocorrer também que o indivíduo esteja desmotivado,

embora tenha um trabalho leve e bem remunerado, porque este é apenas uma sucessão de tarefas rotineiras que não exigem criatividade ou iniciativa, e sobre cujos resultados não têm o mínimo interesse.

O agigantamento das empresas instala definitivamente o capitalismo monopolista. As multinacionais, empresas cujos capitais atravessam as fronteiras e se espalham pelo planeta, criaram gigantescas estruturas burocráticas de emprego.

O homem moderno se define por sua profissão, pois passa um terço ou mais do seu cotidiano no exercício de sua atividade profissional, quando não dedica o resto do tempo a ela de várias maneiras indiretas: transportando-se para o trabalho, estudando, participando de congressos. Hoje, trabalha-se para sustentar um sistema. E uma maneira de sustentá-lo é o consumo. E é preciso ter uma profissão que garanta a obtenção dos recursos para esse consumo.

Ora, se temos de enfrentar condições de trabalho cada vez mais sufocantes, artificiais e burocratizadas, que prejudicam a nossa saúde física e mental, é preciso conseguir uma profissão que garanta pelo menos a satisfação de algumas necessidades psicológicas. Estar em atividade em algo que se goste de fazer é fundamental.

O salário remunera apenas uma parte da jornada de trabalho, a parte que Marx chamou tempo de trabalho necessário; a outra parte da jornada, a que é apropriada pelo capitalista e não é paga é chamada tempo de trabalho excedente e é a base de onde surge o lucro, é a mais-valia. Segundo Marx (1985, p. 38):

“No processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção – convertidos em capital pela relação social da propriedade privada – é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade – a do lucro – que lhe é alheia”.

Os trabalhadores para o novo processamento e indústrias fabris são retirados das fazendas e dos lares, em grande parte, mulheres, transformadas de dona-

de-casa em operárias. Com a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, vem a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção. O anel urbano fecha-se em torno do trabalhador, e em torno do agricultor expulso da terra, e os confina nas circunstâncias que impedem as antigas práticas de autoabastecimento dos lares. Vejamos o que diz Marx (1989, p. 162):

“Em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza, portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, e trabalho forçado não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O seu caráter estranho ressalta claramente o fato de se fugir do trabalho como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo”.

O controle da produção capitalista começou com a concentração dos artesãos num mesmo local de trabalho. De acordo com Figueiredo (1989), o trabalhador era levado à produção mais pela violência e pelo medo que pelo pagamento de sua força de trabalho, tanto que as antigas indústrias eram associadas frequentemente aos orfanatos e às entidades de correção, como as prisões e os reformatórios. O sistema de revezamento exauria a força de trabalho e encurtava a vida do trabalhador, ultrapassando os limites da jornada de trabalho.

A tarefa de pensar, ou seja, a tarefa de realizar elaborações intelectivas e de exercer a direção da sociedade torna-se privilégio de estreito círculo de indivíduos, que são isentos da obrigação do trabalho produtivo.

Com a divisão do trabalho, acontece uma separação entre o interesse particular e o interesse comum. Com autonomia e separado dos reais interesses particulares e coletivos, o Estado se impõe na condição de comunidade dos homens. Mas essa comunidade é ilusória, pois o Estado está

sempre vinculado à classe dominante, constituindo o seu órgão de dominação, apesar de se revestir de aparências ideológicas.

Marx e Engels (1989, 28) apontam: “Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época”.

No modo de produção capitalista, Figueiredo (1989, p. 27) aponta: “o operário destituído de suas ferramentas, objeto e instrumentos de trabalho, enfim, destituído de todos os meios que lhe facultem o domínio sobre a natureza, só dispõe de sua força de trabalho. Esta é, então, relegada à condição de mercadoria adquirida pelo capital”.

Tomazi (1997) observa que as transformações ocorridas no século XIX, que passam pela emergência de novas fontes energéticas (eletricidade e petróleo), por novos ramos industriais, pela alteração profunda nos processos produtivos com a introdução de novas máquinas e equipamentos, fizeram emergir também a organização dos trabalhadores em associações e sindicatos, e movimentos que visavam a transformação radical da sociedade capitalista.

O trabalhador é explorado pelo patrão, pois não recebe em salário o valor correspondente à riqueza que seu trabalho produziu. Ele só recebe uma parte, a outra é apropriada pelo empresário, constituindo o fenômeno da mais-valia. O conflito aqui se estabelece porque os interesses são contraditórios, enquanto um quer receber mais pelo seu trabalho, o outro quer pagar cada vez menos por ele. As greves e as paralisações promovidas pelos trabalhadores, bem como as repressões policiais a elas, demonstrando que o Estado está a serviço, nesse caso, dos empresários, são os sinais mais evidentes desse conflito.

Portanto a utilização sistemática e organizada dessa força de trabalho, na realidade é omitida. O capitalismo é um sistema que se sustenta sobre a exploração, que cresceu proporcionalmente à escravidão e à degradação de seus agentes diretos, os trabalhadores.

O trabalhador se aliena do produto de seu trabalho e o grau de alienação chega a tanto que se aliena do próprio corpo. O corpo é somente o depositário da força de trabalho que ainda consegue ter. Oliveira (1996, p. 82) aponta: “Ter saúde, para esse homem é somente não ter alguma doença que estaria impedindo seu trabalho de subsistência”.

Karl Marx chama a parcela de trabalho que não foi paga de *mais valia*. Essa parcela de trabalho não pago, acumulada e reaplicada no processo produtivo, é que vai fazer com que o capitalista enriqueça rapidamente. É assim que se acumula capital.

Quando se fala em trabalho no Brasil, normalmente se inicia com a discussão sobre o trabalho escravo negro e quase sempre se esquece de que por aqui houve, durante muitos anos, a escravização de indígenas.

A partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos, iniciam-se no Brasil algumas experiências com a mão-de-obra assalariada estrangeira, através da imigração, pois se acreditava que o trabalhador não escravo no Brasil era indolente e preguiçoso. Não viam nisso uma forma de resistência ao trabalho imposto pelos grandes proprietários de terras. Estrangeiros de todos os quadrantes, chegam, aos milhares, em busca de novas oportunidades, no trabalho nas fazendas de café e depois, em todas as outras atividades agrárias e urbanas.

Na chamada República Velha (1889-1930), as questões trabalhistas e sociais no meio urbano foram invariavelmente consideradas uma “questão de polícia”, isto é, todo movimento reivindicatório, qualquer que fosse a razão, era sempre reprimido pelos órgãos de segurança. O trabalho de mulheres e crianças era uma constante nesse período, pois elas trabalhavam como homens adultos e recebiam muito menos.

Com a Revolução de 30, inicia-se uma nova maneira de tratar as questões trabalhistas no Brasil, pois a partir daí o trabalhador assalariado passa a ter uma legislação que aparece como uma “doação do governo de Getúlio Vargas” e uma “conquista por parte dos trabalhadores”. Os trabalhadores mais conscientes percebiam que essa era a forma pela qual as classes dominantes

de então, através do Estado, procuravam apenas atrelá-los, bem como as suas organizações, à estrutura estatal (Ministério do Trabalho). Dessa forma, cooptavam as suas lideranças, transformando-as em cabos eleitorais e criando diretorias sindicais “pelegas”, isto é, favoráveis ao governo em qualquer situação, ainda que teoricamente se mantivessem defendendo os interesses dos trabalhadores.

Nesse período, estabelecem-se os direitos trabalhistas que, de uma forma ou de outra, continuam ainda vigorando no Brasil como a jornada de oito horas, o repouso semanal, a proibição de trabalho a menores de 14 anos, férias anuais remuneradas, assistência médica, assistência à gestante e pagamento de salário durante determinado período antes e depois do parto, previdência visando à aposentadoria, indenização ao trabalhador em caso de dispensa sem justa causa.

Nos anos 40, foi definido o salário mínimo que seria necessário para atender às necessidades do trabalhador e de sua família. Como sabemos, desde a sua implantação, o valor do salário mínimo nunca conseguiu comprar os bens e serviços necessários, previstos em lei.

O golpe militar de 1964, que derrubou o governo constitucional de João Goulart, alterou significativamente o quadro das questões trabalhistas no Brasil. Além da perseguição e da repressão ao movimento sindical mais organizado e mais combativo, o governo militar adotou uma política econômica que, dentre outras coisas, abolia a estabilidade no emprego, criando o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) em seu lugar e implantando um grande arrocho salarial até a metade dos anos 70.

A situação da maioria dos trabalhadores no Brasil continua muito grave; apesar de todas as lutas travadas pelo movimento sindical, os salários são baixos e há arrocho salarial. O salário mínimo no Brasil é um dos menores do mundo. Existem milhões de trabalhadores brasileiros que não chegam a ganhar o salário mínimo.

Outro aspecto a destacar é quanto aos acidentes de trabalho. Nos últimos quinze anos, 17 milhões de trabalhadores se acidentaram trabalhando, conforme dados fornecidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Outro fato estarrecedor quanto à situação dos trabalhadores no Brasil é a existência do trabalho escravo. Apesar de a Lei Áurea ter abolido a escravidão em 1888, ela ainda existe no final do século XX. Conforme dados da Pastoral da Terra (CPT), da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ligada à Igreja Católica, há registro de 111 casos, com 45.461 pessoas mantidas em regime de escravidão por dívidas, em condições subumanas, exploradas em sua dignidade, submetidas a jornadas de trabalho extenuantes e exercidas em péssimas condições; muitas vezes espancadas e torturadas, essas pessoas chegam a alguns casos à morte. Esses dados são aqueles que se puderam detectar, mas acredita-se que existam muitos casos mais.

Quem transforma trabalhadores em escravos são, basicamente, os donos de carvoarias, grandes fazendas, grandes empresas de reflorestamento e grandes destilarias de álcool, ou seja, grandes proprietários que acreditam estar acima da lei, como os antigos donos de escravos.

Além disso, o que coloca o Brasil na mesma situação trabalhista da Europa do século XIX é a presença contínua e crescente da força de trabalho infantil, em atividades rurais e urbanas. Existem, atualmente, no Brasil, cerca de 8 milhões de menores trabalhando, com 91% deles recebendo menos de um salário mínimo, conforme dados divulgados pelo escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

Organizações são agentes controladores, tanto internos como externos, sobre os membros da organização. Aqui seria importante tratar de poder x relações de produção. O poder é o elemento fundamental para que se manifeste a face controladora da organização e nem sempre essa face é percebida como bela e agradável. O poder é sempre ambivalente e também tem a conotação de status social.

Gore in Silva e Azevedo (1995) afirma que o poder é propriedade ou posse de grupos dominantes e tem efeitos repressivos. Pode-se ver o poder como aquele que molda ou modela culturas organizacionais, sanciona e mantém uma cultura organizacional e ainda como transformador de culturas organizacionais.

Foucault (1988, p. 28) considera que as relações de poder têm alcance imediato sobre o corpo: “elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no aos trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais”. Como força de produção, o corpo é investido por relações de poder e dominação. Mas sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição, ou seja, o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Galbraith (1999) nos fala de poder: alguém ou algum grupo está impondo sua vontade e seus objetivos a outros, inclusive aos que se mostram relutantes ou contrários. Quanto maior a capacidade de impor tal vontade ou atingir os objetivos correspondentes, maior o poder. Alguns usos do poder dependem de estar ele oculto, de não ser evidente à submissão dos que capitulam a ele.

Nas palavras de Galbraith (1999, p. 13), “o exercício do poder, a submissão de alguns à vontade de outros é inevitável na sociedade moderna; nada se realiza sem ele; o poder pode ser socialmente maligno; mas é também socialmente imprescindível...”.

Para Pagés (1990, p. 227), “a dominação é o produto de uma mescla de coerção e de aceitação, este último elemento talvez seja o mais forte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bergmann in Coda (1997), cada indivíduo busca, normalmente, por meio de seu trabalho, uma oportunidade de realizar as suas potencialidades e, com isso, criar uma indispensável ligação com a comunidade em que vive. O trabalho só pode ser considerado como uma necessidade própria ao homem e

é por meio dele que se consegue reconhecer o próprio valor e, conseqüentemente, equilibrar expectativas e sentimentos de autoestima.

Todavia, nas suas relações com a organização, o indivíduo se sente ao mesmo tempo ameaçado e protegido por ela, feliz e infeliz, cheio de satisfações e aprisionado. Ele se identifica com a organização, com seus objetivos, com sua filosofia, com o trabalho que ele lhe propicia; ele chega a amar sua servidão, pela qual, entretanto, sofre; em suma, tudo que o prende à organização é, ao mesmo tempo, fonte de prazer e angústia. Há, portanto, um conflito psicológico constante nas suas relações com a organização.

Atualmente, constata-se que o próprio significado do trabalho, para cada indivíduo, está se deslocando daquele associado a uma carreira fixa, com progressões funcionais sucessivas, para o que corresponde o desempenho de tarefas diversificadas, em diferentes projetos, com alterações, inclusive, nas formas de remuneração. Estar trabalhando significa, cada vez mais, estar participando de um ou mais projetos, com durações diferenciadas, e exercendo, possivelmente, diferentes funções. Conseqüentemente, hoje, a ideia de uma formação permanente encontra-se crescentemente presente na reorganização do mundo do trabalho.

E o sucesso, a ambição, fazer carreira vão se tornar, para o indivíduo, os valores essenciais, pois é ele, e só ele, que pode preencher essa angústia do vazio: para ser reconhecido é preciso vencer. É preciso sempre fazer mais, superar-se: vencer é trabalhar mais e melhor; o fracasso é parar ou regredir nessa corrida. Nunca se vence definitivamente, pois sempre é possível fazer melhor.

Aqui, o indivíduo se imagina construindo o mundo, enquanto, na realidade, ele está sendo produzido, investido por todas as partes e modelado até o seu interior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARÓ, Martín I. **Acción e ideologia**: psicologia social desde centro/América. San Salvador: UCA, 1983.

BERGAMINI, Cecília W. e CODA, Roberto (orgs.) **Motivação e Liderança**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1997.

BRAVERMAN, Henry. **Trabalho e Capital Monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliene, 1994.

FIGUEIREDO, Marco Antônio de Castro. **O trabalho alienado e o Psicólogo do Trabalho**. São Paulo: Edicon, 1989.

FOUCAUT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

GALBRAITH, J. Kenneth. **Anatomia do Poder**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações**: o homem rumo ao século XXI. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

OLIVEIRA, Bethy. **O trabalho educativo**: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas: Autores Associados, 1996.

PAGÉS, Max *et al.* **O poder da Organização**. São Paulo: Atlas, 1990.

SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis (orgs.) **Paixão de Aprender II**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Atual, 1997.

WHITAKER, Dulce. **Escolha da Carreira e Globalização**. 11ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

TIJOLO ECOLÓGICO: VISÃO GERAL E SITUAÇÃO DOS PROJETOS EM MINAS GERAIS

Denilson Arlindo de Souza¹
Cláudio Adriano Xavier da Silva²
Aline Domingues de Sena³
Anderson Tadeu Brigolini⁴
Amanda Laís Dutra da Costa⁵

RESUMO

O artigo discute a evolução dos materiais de construção ao longo da história, desde as construções de pedras até as formulações de tijolos. Discute também sobre a construção civil utilizando o tijolo ecológico. Esse material é assim chamado devido a não exigência de queima em forno, o que conseqüentemente evita o desmatamento e a emissão de gás carbônico. Sabe-se que a construção civil é um dos fatores poluentes de maior peso na atual forma de vida da sociedade, o que justifica a utilização do tijolo ecológico, que por sua vez, não necessita da queima e gera uma quantidade menor de resíduos na construção. A sua durabilidade já foi comprovada por meio de experiências realizadas por universidades do Brasil como UNICAMP, UFRGS, ANHEMBI MORUMBI e outras. Seu próprio acabamento apresenta um visual agradável e mais econômico por não ter que utilizar uma grande quantidade de argamassa, ou seja, o projeto visa unificar as tecnologias de forma a fazer uma obra sustentável, barata e rápida. Por fim o artigo discute sobre a atual situação dos projetos com tijolos ecológicos no estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Tijolo ecológico; Construção; História.

ABSTRACT

The work discusses the evolution of building materials throughout history, from the stone buildings to the use of bricks. This work also discusses the construction using ecological bricks. This material receive this name because no requirement for burning in oven, which consequently prevents deforestation and carbon dioxide emissions. It's known that the construction industry is one of the factors pollutants of greatest weight in the current way of life of society. This fact justify the use of ecological brick that in turn, does not require the burning and generates less waste in construction. Its durability has been proven through experiments by universities in Brazil as UNICAMP, UFRGS, Anhembi Morumbi, and others. The finished wall is already beautiful, and

¹ Professor titular da Faculdade Santa Rita – FaSaR, Doutor em Físico-química.

² Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade Santa Rita – FaSaR.

³ Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade Santa Rita – FaSaR.

⁴ Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade Santa Rita – FaSaR.

⁵ Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade Santa Rita – FaSaR.

more economical because it isn't necessary to use a large amount of mortar, and the project aims to unify the technologies in order to make a sustainable, cheap and fast work. Finally the article discusses the current status of projects with ecological bricks in the state of Minas Gerais.

Keywords: Ecological brick; Building; History.

INTRODUÇÃO

No contexto de história da construção civil, a arquitetura existe desde a necessidade de o homem de se proteger e se abrigar das intempéries. Os primeiros abrigos encontrados foram cavernas naturais, onde, até hoje, podem ser vistas algumas pinturas rupestres que datam de milhares de anos. Essas construções evoluíram para abrigos feitos com madeiras de árvores e galhos, o que representava um grande avanço, pois o homem já manipulava o ambiente para a criação de seu abrigo. Cada região sempre desenvolveu sua arquitetura de acordo com os materiais encontrados mais facilmente na natureza, na região, configurando o extrativismo com a finalidade de construção (GREGÓRIO, 2010). Dessa forma, tem-se, por exemplo, o Japão, onde a madeira era muito abundante e foi muito utilizada em sua arquitetura e a Grécia, onde se desenvolveu a arquitetura de construções de pedras, muito provavelmente devido às suas pedreiras de mármore. Na Mesopotâmia, as pedras e a madeira não eram tão abundantes, porém havia uma quantidade muito grande de argila, o que permitiu o desenvolvimento dos primeiros tijolos. As primeiras construções de pedras sem argamassa datam de 9000 a 8000 a.C., sendo circulares, algumas até apresentando um segundo andar, feito com madeiras e troncos (fig. 1). A mudança de estrutura de circular para retangular ocorreu entre 7700 e 7600 a.C.

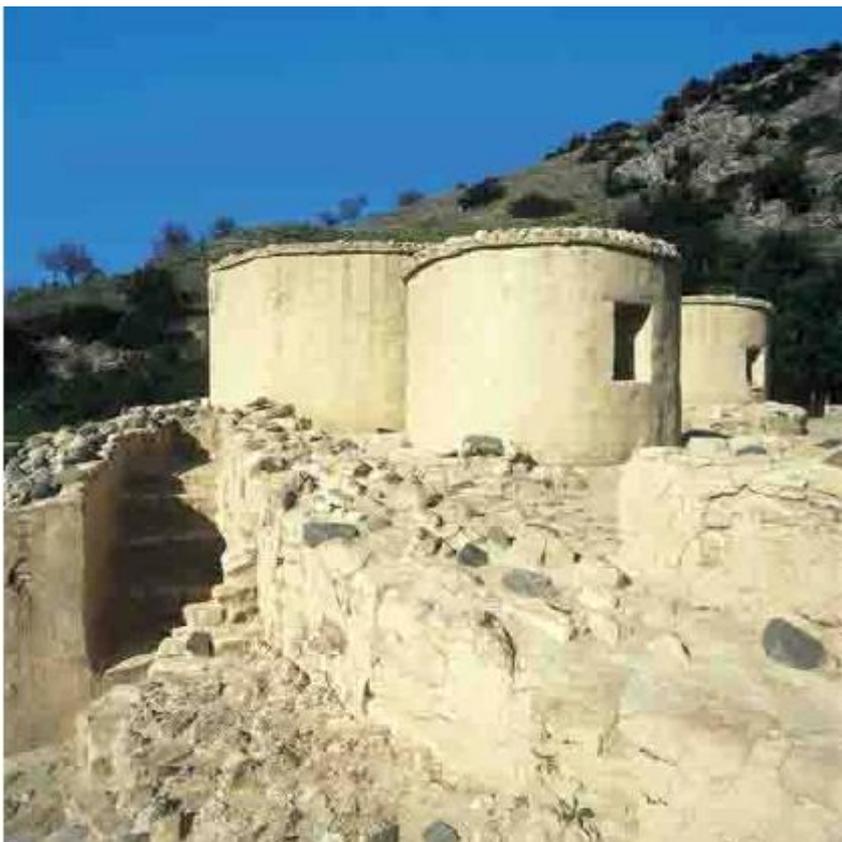


Figura 1 – Estrutura circular construída com pedras e barro

No Egito antigo, a forma mais comum de construção eram habitações feitas com tijolos secos ao sol, geralmente de lama do Nilo (GREGÓRIO, 2010). A produção desses tijolos está documentada em uma pintura do túmulo de Rekhmara, em Tebas (1500 a.C.), mostrada na figura 2.



Figura 2 - Pintura encontrada no túmulo de Rekhmara (1500 a.C.)

A história mostra que o material utilizado nas construções foi mudando ao longo do tempo, de acordo com as necessidades de cada povo e de cada região, e até hoje essas mudanças continuam acontecendo.

No final do século passado e início deste século, a construção civil está sendo uma das atividades de maior peso para economia brasileira e está passando por um momento de grande importância devido ao período de desenvolvimento que o Brasil vive (MORENO JÚNIOR, 2009).

As técnicas de construção civil, de forma geral, estão cada vez mais elaboradas e necessitando de métodos para tornar a construção rápida e sustentável, visando tanto melhor qualidade do meio ambiente, como a busca de recursos que poderão diminuir o tempo da obra.

O tijolo ecológico, parte exatamente desse princípio, ou seja, a utilização de materiais ecologicamente corretos. Sua fabricação é diferenciada, pois não utiliza a queima em seu processo de produção, como no tijolo convencional, conseqüentemente reduzindo a geração de CO₂. Além disso, seu formato possibilita a implantação de cabos de energia e ferragem para construção de viga de uma forma mais fácil, o que gera agilidade na obra (SILVA, 2009).

DISCUSSÃO

O presente artigo traz uma discussão sobre a formulação diferenciada desse tijolo, que tem sua composição formada de água, cimento e solo, com seu tempo de cura de sete dias. Podendo essa mistura ser feita em prensa manual ou hidráulica. Ele apresenta maior resistência mecânica, é isolante térmico e sonoro e ainda pode-se alterar a cor durante a fabricação (SILVA, 2009).

Para a construção de uma casa com esse tijolo, utiliza-se a mesma fundação de obras convencionais ou a fundação do tipo "Radier". A primeira fileira de tijolos é a mais importante, pois é ela que demarcará o início e término de cada

cômodo da casa, uma vez que os tijolos são autoencaixáveis e podem assumir várias configurações.

Uma cola especial é utilizada para fixar de forma mais segura um tijolo no outro, podendo-se, também, utilizar cimento e massa em quantidades baixas. As cintas podem ser postas em cavidades próprias do tijolo, dando assim uma maior segurança à construção. Como os tijolos possuem furos, eles servem para colocação de condutos elétricos e hidráulicos ou mesmo para colocar a ferragem.

Como o Brasil vive um momento de alta no setor de construção civil, especialistas ambientais buscam alternativas para a criação de metodologias e materiais sustentáveis. O tijolo ecológico, desde sua fabricação até sua utilização, vem sendo um exemplo na tentativa de redução de desperdícios e poluição. Isso mostra que o tijolo ecológico é uma inovação e evolução da área civil, uma vez que atente a especificidade de ser sustentável, apresenta um menor custo final da obra, agiliza a realização das obras e reduz o desperdício e poluição, comparados ao convencional.

TIPOS DE TIJOLOS ECOLÓGICOS

No mercado brasileiro, existem diversos tipos de tijolos, que são escolhidos basicamente de acordo com a mão de obra, materiais e produtores de tijolos nas proximidades. A tabela 1 relaciona os tipos mais comuns:

Tipo	Dimensões	Características
Maciço comum	5 x 10 x 20 cm. 5 x 10 x 21 cm.	Assentamento com consumo de argamassa similar dos tijolos maciços comuns.
Maciço com encaixes	5 x 10 x 21 cm. 5 x 11 x 23 cm.	Assentamento com encaixes com baixo consumo de argamassa
½ tijolo com encaixes	5 x 10 x 10,5 cm. 5 x 11 x 11,5 cm.	Elemento produzido para que não haja quebras na formação dos aparelhos com juntas desencontradas
Tijolos com dois furos e encaixes	5 x 10 x 20 cm. 6,25 x 12,5 x 25 cm. 7,5 x 15 x 30 cm.	Assentamento a seco, com cola branca ou argamassa bem plástica. Tubulações passam pelos furos verticais.
½ tijolo com furo e encaixe	5 x 10 x 10 cm. 6,25 x 12,5 x 12,5 cm. 7,5 x 15 x 15 cm.	Elemento produzido para acertar os aparelhos, sem a necessidade de quebras.
Canaletas – vide foto 1	5 x 10 x 20 cm. 6,25 x 12,5 x 25 cm. 7,5 x 15 x 30 cm.	Elemento empregado para execução de vergas, reforços estruturais, cintas de amarração e passagens de tubulações horizontais.

Tabela 1- Tipos mais comuns de tijolos ecológicos

As figuras 3 a 5 apresentam os tipos de tijolos mais comuns, necessários para a construção com tijolos ecológicos.

A figura 3 apresenta um tijolo do tipo canaletas, especificamente utilizado para confecção de vigas.

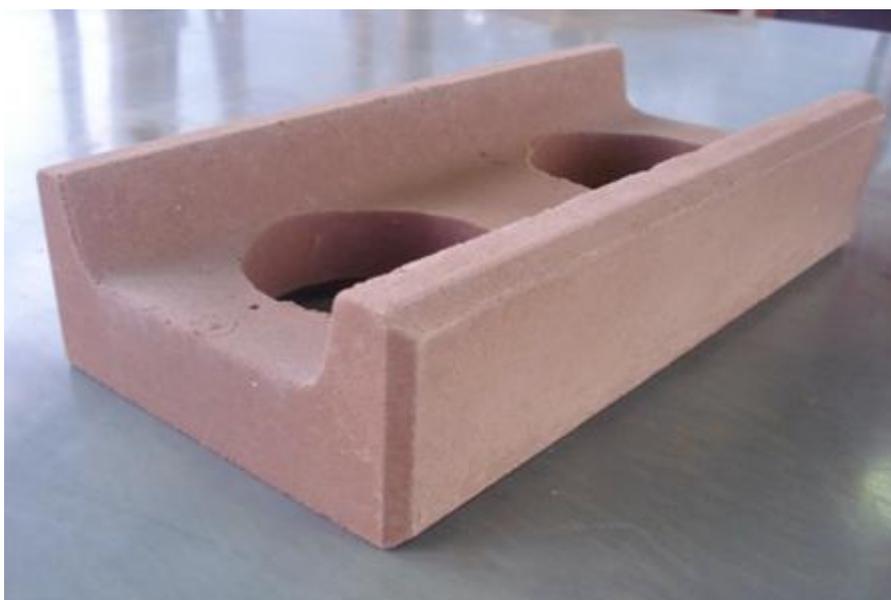


Figura 3 – Tijolo específico para construção de vigas e cintas

A figura 4 apresenta um tijolo de encaixe utilizado na construção de paredes.

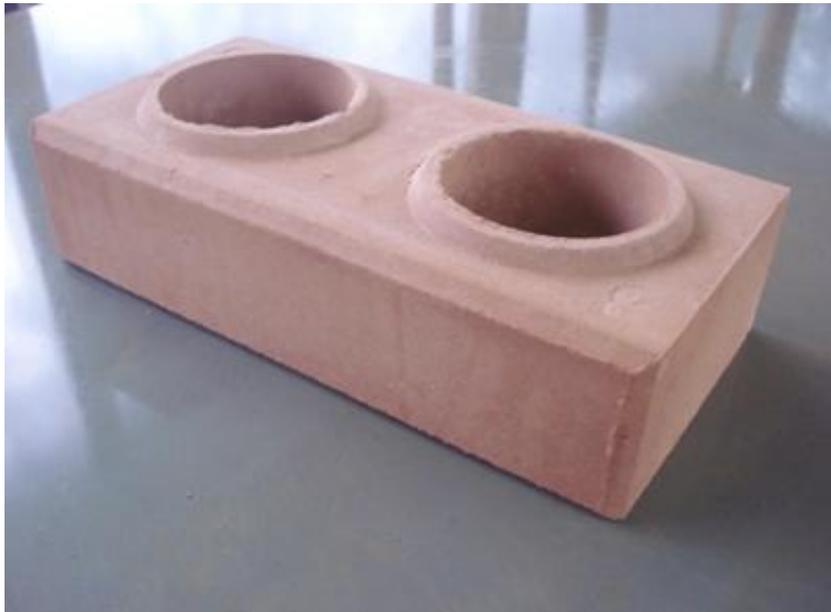


Figura 4 – Tijolo encaixe

A figura 5 apresenta um tipo de tijolo chamado de meio tijolo, utilizado para finalizar a parede, quando a mesma termina em uma porta ou janela.



Figura 5 – Meio tijolo

O TIJOLO ECOLÓGICO EM MINAS

Em Minas Gerais, como a maioria das construções são feitas de tijolos convencionais, muitas pessoas chegam a acreditar e até a comentar que o projeto de tijolo ecológico parou no tempo. Muitas vezes, a falta de mão de obra para a construção e para o projeto leva as pessoas a desistirem desse projeto e levar a obra com o tijolo convencional mesmo. Porém vários projetos têm acontecido em Minas Gerais, relacionados a tijolos ecológicos.

Em Juiz de Fora, os irmãos Felipe e Gustavo Granthon abriram uma empresa de fabricação de tijolos ecológicos. Segundo eles, o material torna a obra mais barata e a economia pode chegar a 50%, dependendo da obra, além de conferir maior resistência ao imóvel (GUIMARÃES, 2014).

Em Uberlândia, uma ONG (Organização Não Governamental) está ajudando muitas famílias a construir suas casas sem mão de obra especializada e com economia de 25%. As casas são construídas com tijolos ecológicos que são encaixados uns sobre os outros e permitem que as redes de água e luz possam ser passadas por dentro dos tijolos, sem a necessidade de cortar a parede (GUIMARÃES, 2014).

Em Lagoa Santa, cidade situada próxima a Belo Horizonte, surgiu, em 2013, a Terramax Tijolos Ecológicos, fruto do sonho do empreendedor Ruston Albuquerque, que há 15 anos conheceu o tijolo ecológico através de seu pai, Ernesto Albuquerque, que decidiu construir uma casa que diferenciasse das outras pela utilização de técnicas sustentáveis. A Terramax produz, hoje, segundo o diretor, 40.000 tijolos por mês, mas, segundo ele, a produção ainda é baixa para atender as grandes construtoras, mas já existem planos de ampliação (TERRAMAX TIJOLOS ECOLÓGICOS, 2014).

A cidade de São João Del Rey criou um projeto de lei para incentivo ao uso do tijolo ecológico. Os objetivos do projeto são:

- Difundir informações sobre o tijolo ecológico.
- Incentivar a utilização dos mesmos.

- Contribuir com a oferta de moradias populares de baixo custo.
- Diminuir o descarte de resíduos em aterros.
- Contribuir para a conservação da natureza.

CONCLUSÃO

O tijolo ecológico se apresenta como parte do processo de evolução que sempre acompanhou os materiais de construção. Novos materiais sempre foram criados com a finalidade de atender a demanda, cumprindo determinadas exigências, que variam com o tempo e de região para região. Nesse caso, uma das exigências que vem sendo cada vez maiores é de reduzir o potencial de poluição gerado pela construção civil. O tijolo ecológico se apresenta como um material que atende as qualidades de resistência e é produzido através de um processo que gera uma quantidade menor de poluição. Em muitas regiões ainda é lento o crescimento de sua utilização devido à falta de mão de obra, tanto para a parte de projeto como para construção em si. Em Minas Gerais, têm aparecido, recentemente, vários projetos e construções utilizando o tijolo ecológico, tanto particulares, como públicos. Além dos projetos, têm surgido também empresas que não só fabricam esse tipo de tijolo com também fornecem suporte para os projetos arquitetônicos e informações sobre as construções utilizando o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GREGÓRIO, M. H. R. **Edificações em alvenaria estrutural: Uso e desenvolvimento do sistema construtivo e contribuições ao projeto arquitetônico.** 2010, 170 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

GUIMARÃES, N. **Irmãos em MG investem em tijolos ecológicos para obras mais baratas.** Disponível em: “<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/01/irmaos-em-mg-investem-em-tijolos-ecologicos-para-obras-mais-baratas.html>” Acessado em: 20 de abril de 2014.

GUIMARÃES, T. **Tijolo "ecológico" é usado em casa popular.** Folha de São Paulo, 7 de agosto de 2003. Cotidiano Disponível em: "<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0708200321.htm>" Acessado em: 19 de abril de 2014.

MORENO JÚNIOR, Amando Lopes. **Construindo com tijolos ecológicos.** Jornal da Unicamp, 7 a 13 de setembro de 2009.

PISANI, Maria Augusta Justi. **Um material de baixo impacto ambiental: Tijolo de solo-cimento** Disponível em: http://www.aedificandi.com.br/aedificandi/N%C3%BAmero%201/1_artigo_tijolos_solo_cimento.pdf. Acessado em: 20 de abril de 2014.

SÃO JOÃO DEL-REY. Câmara Municipal de São João del-Rei. Estado de Minas Gerais. **PROJETO DE LEI Nº 6516.** São João del-Rei, 2013.

SILVA, A. V. **Análise do Processo Produtivo dos Tijolos Cerâmicos no Estado do Ceará – Da Extração da Matéria-Prima à Fabricação.** 2009, 104 f. Monografia. Departamento de engenharia estrutural e construção civil, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Terramax Tijolos Ecológicos. Disponível em: "<http://www.terramaxtijolos.com.br/a-empresa.html>" Acessado em 20 de abril de 2014.

MESMA FAMÍLIA, DIFERENTES DESTINOS: A MICRO HISTÓRIA E O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES EM GUARAPIRANGA

Luis Henrique de Oliveira¹

RESUMO

O presente texto tem como objetivos discutir as principais características da metodologia micro-histórica, suas contribuições e importância para um maior dinamismo e “renovação” dos estudos históricos. Serão analisadas a contribuição desta metodologia para os estudos acerca do estabelecimento das redes sociais durante o Antigo Regime colonial brasileiro e, deste modo, entender a dinâmica das relações sociais estabelecidas nesse período. Para a realização de tal exercício, analisar-se-á as trajetórias de algumas famílias da freguesia de Guarapiranga no final do século XVIII e início do XIX para, dessa forma, esclarecer, de forma ainda inicial, como a micro história pode ser uma rica ferramenta nos estudos em questão.

Palavras-Chave: Micro história; Redes sociais; Antigo regime.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the main characteristics of the micro-historical methodology, their contributions and importance to greater dynamism and "renewal" of historical studies. We seek to analyze the contribution of this methodology for studies on the establishment of social networks during the Brazilian Colonial Old Regime and thus understand the dynamics of social relations in this period. For conducting such an exercise will analyze the trajectories of some families of the parish of Guarapiranga, in the late eighteenth and early nineteenth century to thereby clarify even original form as micro history can be a rich tool in the study in question.

Keywords: Micro history; Social networks; The ancient system.

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Segundo Revel (2000), no final dos anos 1970, um dos primeiros a oferecer um diagnóstico pessimista sobre o trabalho dos historiadores de sua geração

¹ Mestre em História – UFJF. Professor da Faculdade Santa Rita – FaSaR. E-mail: luis.henrique@fasar.com.br

foi Lawrence Stone que convidava a refletir sobre o momento que a historiografia atravessava. Todo esse mal-estar se assentava na incerteza dos historiadores com relação à capacidade de administrar a duração que pretendiam analisar. Assim, “as ambições diminuem, os discursos tornam-se mais modestos, pelo menos de imediato. Mas esse tempo de recuo aparente poderia ser o de uma reconstrução. A micro-história deve ser compreendida como uma tentativa neste sentido.” (REVEL, 2000, p. 15)

Assim a micro-história deve ser entendida como um sintoma, como uma resposta a uma situação de desconfiança com relação à História Social dominante, propondo uma reformulação de certas exigências e procedimentos. Como afirma Levi (1992, p. 135), “a micro-história é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existente”. Segundo Hebe Castro (1997, p. 53), a redução de escala de abordagem se tornou comum à maioria das recentes pesquisas em história social. Para Giovanni Levi (1992, p. 138), a redução de escala de análise, “representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização”.

Desse modo, a micro-história não procura renunciar à história social, mas sim reconsiderá-la e dinamizá-la. Ela permite um enriquecimento da análise social, complexificando-a ao levar em conta aspectos inesperados. Como salienta Levi (1992), o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica se baseia na crença de que a análise microscópica revelará fatores previamente não observados. Deve-se, portanto, estudar o social, não como um objeto dotado de propriedades, mas como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação. “A micro-história tem demonstrado a fabilidade e a incoerência dos contextos sociais, como convencionalmente definidos” (LEVI, 1992, p. 157). Ela procura ir além da interpretação para tentar formular explicações históricas.

Porém, como toda análise historiográfica inovadora, a micro-história não poderia deixar de ser alvo de críticas e questionamentos acerca do seu alcance histórico. O ponto de maior polêmica gira em torno da contribuição de uma

análise pontual para o entendimento mais abrangente, o que ela teria de representativo, de que modo ajudaria a entender as grandes transformações históricas. A questão elaborada por Davis (1991, p. 178) resume de maneira esplêndida toda essa desconfiança em torno da redução de escala: “La primera objecione: hasta que punto, es representativo vuestro valle, pueblo, mascara, masacre, molinero, impostor, exorcista o santo de los galgos?”

Acredita-se que a maneira mais adequada para se responder essa questão é procurar entender de forma mais aprofundada o conceito de micro-história para Levi (1998) e Ginzburg (1989), ou seja, a forma como compreendem a relação "macro/micro", e de que maneira utilizam suas ideias dentro de seus trabalhos historiográficos e o que compartilham em comum a partir da forma que concebem essa metodologia.

Inicia-se este ponto da discussão pelas ideias de Levi (1998). Para o autor, a micro-história é uma prática que visa essencialmente a redução da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo intensivo do material documental.

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. (LEVI, 2000, p. 158)

Para Levi (2000), portanto, o método da micro-história consiste principalmente na redução da escala de análise da investigação para, em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão detalhada do enfoque de pesquisa e a escala ampliada do contexto social que lhe atribui sentido e que é enriquecido com as novidades provenientes da microanálise. Em seu artigo no livro *Jogos de Escalas*, mais uma vez Levi (1998) nos chama atenção para um ponto muito importante nesta questão do foco a ser utilizado, e dá indícios de como o pesquisador deve proceder na escolha da melhor escala de análise. Nas palavras do autor:

Não considero que todo problema histórico ganhe em ser tratado em nível microanalítico. De toda forma, o debate que há alguns anos pôs frente a frente os pesquisadores em torno da micro-história contribuiu para torná-los conscientes do fato de que escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver. (LEVI, 1998, p. 203 apud REVEL, 1998)

Ao procurar esclarecer de forma ainda mais convincente essa relação "macro/micro", Levi (1998) salienta que boa parte desse debate se assenta na necessidade de se compreender a complexidade de um problema por meio de generalizações baseadas em observações minuciosas, onde, ao se ampliar o olhar, desvenda-se a multiplicidade dos elementos em jogo. Portanto, pelo que se vê até o momento, percebe-se que ao se realiza uma modificação da escala de análise, está se proporcionando uma leitura mais densa e rica do que a de uma abordagem que privilegie somente um dos lados do foco de pesquisa.

Em entrevista a um historiador costarricense, o historiador italiano teceu o seguinte comentário:

Na micro-história a redução da escala se utiliza para compreender a história geral (...) Isto pode ser ilustrado se considerarmos de que maneira se usa o microscópio. Através dele podemos ver as coisas anteriormente não visíveis, mas que existiam (...) A micro-história procura analisar como funciona a sociedade na sua base e, através desses dados, generalizar conclusões com o intuito de gerar perguntas e respostas capazes de serem comparáveis, em outros contextos (...) Ao perceber o micróbio, é possível generalizar e entender a doença. (LEVI, 1999, p. 2)

Com relação ao segundo autor, Ginzburg (1989), a noção de micro-história apresenta algumas peculiaridades. Apesar, de assim como Levi, ser um dos responsáveis pelo nascimento do projeto micro-histórico, diferentemente de seu companheiro, Ginzburg é um historiador da cultura, o que implica em determinadas particularidades em sua maneira de usufruir dessa metodologia. Como para os demais historiadores citados, para Ginzburg (1989) a micro-história surge em função das dúvidas crescentes sobre a validade de

determinados processos macro-históricos de análise do social. Entretanto a redução de escala proposta por Ginzburg (1989) visava a uma nova leitura do social, uma vez que a história social dominante não suportava mais seu próprio peso pelo fato de refletir sobre agregados anônimos durante um longo período, não levando em conta o indivíduo.

Segundo Ginzburg (1989), um dos sintomas, e ao mesmo tempo, instrumento dessa consciência é a relação cada vez mais estreita entre história e antropologia. No entanto essa relação é carregada de obstáculos, como diz o autor, sendo o primeiro deles a diversidade da documentação utilizada por ambas as disciplinas. O antropólogo, em função do trabalho de campo, possui uma enorme complexidade de relações sociais que podem ser reconstituídas, e que contrasta com a unilateralidade dos arquivos com que o historiador trabalha. Essa divisão arquivística implica conseqüentemente em uma fragmentação das fontes utilizadas pelo historiador em função do objetivo a que está direcionado. Assim corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a determinada sociedade. Porém Ginzburg (1989, p.173-174) levanta a alternativa para a solução desse impasse:

Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro, em todas as sociedades conhecidas: o nome.

Desse modo, Ginzburg (1989) propôs uma outra maneira de entender a história social, acompanhando o "nome" dos indivíduos ou dos grupos. Entretanto é fundamental compreender "como" se dará essa nova abordagem do social que privilegia a escolha individual. Para Ginzburg, "as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido" (GINZBURG, 1989, p. 175). Portanto o que Ginzburg propõe é acompanhar o sujeito através do nome nas suas múltiplas inserções sociais, na complexa rede de relações, no tecido social em que ele se insere.

De acordo com o comentário de Revel (2000, p. 17), esse seria o modelo do antigo sonho de Ginzburg, de uma história vista de baixo. Uma análise micro-histórica que torna possível uma reconstituição do vivido, inacessível às outras abordagens, e que propõe por outro lado, identificar as estruturas invisíveis em que esse vivido se articula, o que Ginzburg chama de uma análise bifronte. A partir dessas investigações, Ginzburg (1989) propõe uma prosopografia vista de baixo. Ao contrário de Lawrence Stone, a proposta do autor italiano é aliar a análise qualitativa de uma prosopografia elitista à análise quantitativa de uma prosopografia das classes subalternas. Essa não é, portanto, uma tarefa fácil, porém, não é impossível de se realizar. Para tanto é imprescindível conhecer a fundo as fontes e estar ciente de sua falta de padronização.

A resposta desses autores aos impasses colocados para a História Social mais clássica, o modo como concebem o modelo micro-histórico e a maneira como o utilizam em seus trabalhos historiográficos em muito inspira o desenvolvimento desta pesquisa. Dois livros, de forma especial, inspiraram o modo como se desenrolou este trabalho, obviamente que não com a mesma erudição de seus autores, e levando em conta os problemas enfrentados, principalmente com relação à documentação. Estes livros são os já citados: *Herança Imaterial* de Levi (2000) e *O queijo e os vermes*, de Ginzburg (1987). Nesses textos, os dois autores apresentam vários pontos em comum. Para o propósito deste trabalho, o mais importante deles é a noção de redes. Levi (2000), através das condutas sociais dos habitantes do Vilarejo de Santena, identifica como se fundamentavam as estratégias utilizadas por estes para se defenderem frente às várias situações de incerteza, especialmente quando trata da descrição das estratégias familiares e do comportamento em relação à posse da terra. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg (1987) procura acompanhar um indivíduo, o moleiro Menocchio - que, no entanto, não era apenas mais um simples moleiro, pois possuía características que o tornavam "excepcional" -, desvendando seu cotidiano e suas ideias que o levaram a ser perseguido pela inquisição.

Embora com perspectivas distintas, os dois autores reconstroem exemplarmente os mecanismos de inserção social dos indivíduos que analisam

e suas implicações para a compreensão de seus comportamentos. O primeiro procurou, em seu livro, seguir a trajetória e reconstituir as estratégias de algumas famílias, enquanto o segundo, também através de intenso trabalho documental, procurou mapear e rastrear um indivíduo e suas inserções sociais.

ANÁLISE DOCUMENTAL: ESTUDO DE CASOS

Inspirados por esses autores, paralelamente a uma análise serial dos inventários *post-mortem*, procurou-se realizar, também, um estudo pontual, rastreando e mapeando a trajetória de alguns indivíduos, através dos vestígios documentais que foram chegando. Assim, ao se desvendar as estratégias de solidariedade e reciprocidade a que algumas dessas famílias vieram a recorrer, pode-se identificar a permanência ou não de determinados comportamentos e, se com o avançar do tempo, a tendência era que ocorresse uma mudança positiva ou não das condições de vida de seus descendentes. Lembrando sempre que estas estratégias poderiam se dar, tanto dentro do grupo camponês, como também no interior das redes que poderiam interligar os camponeses a grupos mais privilegiados dessa sociedade. Daí também a necessidade de um tempo relativamente curto, em função de uma análise que tem como ponto fulcral, o comportamento humano. Para Daumard (1985), a história social deve trabalhar com tempos mais curtos, no máximo três gerações, para que se possa compreender a lógica dos grupos sociais.

Porém, como já alertado nos arquivos consultados, e com o segmento social com que se trabalhou buscar o indivíduo pelo “nome” implicam problemas metodológicos, pois, na maioria das vezes, os filhos não recebiam os mesmos sobrenomes dos pais, o que dificultava na identificação de seus descendentes. Geralmente a transferência do sobrenome era uma estratégia utilizada pela elite, que procurava assim se constituir enquanto grupo, mas, mesmo entre a elite essa regra era muitas vezes ignorada.

Ao analisar a transmissão do nome de família, Carlos Bacellar (1997, p. 177-186), confirma uma “não-normatização”, como prática comum a toda a

sociedade, ou seja, alerta para a inexistência de uma regra fixa para a adoção de nomes de família. Segundo o autor, mesmo entre os indivíduos da elite não havia preocupação com a diferenciação dos indivíduos através do nome, como nos casos em que os filhos abandonam o último sobrenome herdado do pai ou da mãe, ou na despreocupação em fazer as mulheres adotarem o sobrenome do marido, e quando isso ocorria, segundo Bacellar (1997), não passava de coincidência, ou consanguinidade próxima. Essa prática torna-se corrente a partir do momento em que esses indivíduos passaram a se julgar diferentes, “melhores” e tentam provar isso. O sobrenome ganha um valor diferenciador e passa a definir que esse ou aquele indivíduo pertencia a um restrito círculo social, e também como forma de comprovar a filiação para fins de herança, patrimônio e outros privilégios. Ao concluir sua análise, Bacellar (1997, p. 184) afirma que:

(...) a transmissão do sobrenome era ainda prática recente em nossas famílias. Havia um interesse em legar aos filhos algum sobrenome dos pais, preferencialmente do pai, mas esta transmissão não era padronizada. Não havia preocupação em manter sobrenomes iguais para todos os filhos. Logo, não era possível se identificar irmãos pelo sobrenome, mas somente pela ascendência, e com alguma dificuldade. A forma do sobrenome dos filhos podia ser livremente modificada desde pela alteração da ordem dos sobrenomes, como pela inclusão ou exclusão de um sobrenome qualquer.

Portanto, como afirma Bacellar (1997), a dificuldade em identificar descendentes e familiares apresentava-se até mesmo entre a elite, o que pode indicar problemas ainda maiores entre os indivíduos de grupos inferiores. No entanto, apesar dos obstáculos, procedeu-se o rastreamento da trajetória de alguns membros de cinco famílias, identificando assim os diferentes rumos que os filhos e netos seguiram em suas vidas.

Desse modo, buscou-se, através de alguns exemplos colhidos a partir da documentação trabalhada, analisar as relações sociais estabelecidas por alguns indivíduos, buscando assim, entender as redes que estabeleciam e as estratégias que utilizavam para superar os obstáculos em uma sociedade marcada pela “instabilidade”. Dessa forma, analisar-se-á a trajetória de

algumas famílias para que se possa compreender como membros de uma mesma família poderiam alcançar condições de vida diferentes e as estratégias das quais usufruíam em função das relações e redes que estabeleciam.

Uma maneira interessante de se perceber as diferentes trajetórias que os membros de uma mesma família podem apresentar é analisando os inventários de dois irmãos de Manoel Martins Paiva, o filho. O primeiro é João Pedro Martins Paiva¹, que faleceu em 1801, casado com Ana Maria Teixeira e que teve apenas um filho, Domingos Martins, que tinha no momento do falecimento de seu pai 14 anos de idade. No que se refere à condição socioeconômica, João Pedro possuía certa vantagem com relação a seu irmão Manoel, mas mesmo assim poderíamos caracterizá-lo como camponês.

Ele possuía um monte-mor no valor de 300\$050, dividido entre bens móveis avaliados em 31\$900. Apesar do significativo valor, não havia nenhum utensílio, vestimenta, ou objeto de qualidade destacada, o mesmo ocorrendo com as ferramentas que representavam 4\$350 do total. Encontra-se também a presença de joias de ouro e prata, que valem 13\$800, e três escravos, sendo dois deles com moléstias, e o outro que recebeu como herança de seu pai, que foram avaliados em 250\$000. Percebe-se, portanto, que a situação de João Pedro Martins Paiva poderia sim ser melhor que a de seu irmão Manoel, mas também não apresentava condições de vida semelhante à de seus pais. A análise torna-se ainda mais interessante quando se trabalha o inventário do filho de João Pedro Martins Paiva e Ana Teixeira, que é o Tenente Domingos Martins Teixeira². Este faleceu em 1817, possuía nove filhos, sendo dois casados e um já falecido. O inventário desse tenente apresenta peculiaridades, pois num primeiro momento são descritos bens que somavam apenas 284\$124, que são alguns poucos móveis, ferramentas, um cavalo, dois bois de carro, oito carneiros e quatro escravos, dois deles aleijados e que valem 240\$000. Exatamente 29 anos depois da abertura do inventário, no ano de 1846, foi dado como acréscimo de bens do Tenente Domingos Martins, mais seis escravos, que possuíam valores significativamente elevados, certamente

¹ ACSM – Cód. 105 – Auto 2171 - 1º Ofício

² ACSM – Cod. 105 – Auto 2171 – 1º Ofício

em razão do momento, e que valiam 1:570\$000, sendo que um destes escravos, Ignácio, crioulo de 12 anos, foi avaliado em 500\$000, e dessa maneira seu monte passou a ser de 1:854\$124, um valor considerável. Portanto percebe-se que Domingos Martins Teixeira alcançou condição econômica e principalmente social mais privilegiada que seu pai, chegando a obter a patente de tenente, apesar de que seu pai possuía objetos e joias mais valiosos e luxuosos que este. Pode-se também destacar que o último sobrenome do tenente vem de sua mãe, o que possivelmente poderia ter lhe proporcionado maiores privilégios, inclusive a possibilidade de se tornar tenente. Possivelmente o nome da mãe e o casamento teriam lhe proporcionado certos privilégios sociais.

Retornando aos irmãos de Manoel Martins Paiva, trabalhou-se com o inventário daquele que possivelmente foi o filho de Manoel Martins Paiva e Thereza Maria da Silveira que mais prestígio social alcançou, que é o Capitão Ubaldo Martins Paiva³. Este faleceu em 1833, casado com Maria Bernarda Faustina Moreira e deixava como herdeiros dois filhos, Ubaldo Martins Paiva e Emereciana Antonia Paiva casada com o Alferes Francisco da Silva Araújo, inventariante e pai de seus sete netos. Esse capitão deixou um monte-mor no valor de 2:622\$000, sendo que a metade ficou com a viúva e a outra metade dividida entre seus nove herdeiros, cabendo a cada um 187\$345. Este possuía 80\$420 em bens móveis, merecendo destaque peças como colheres de prata, catre torneado de jacarandá, caneca de louça da Índia e cálices de vinho; entre os instrumentos, metade de um alambique e outros de costume. Possuía ainda um canavial avaliado em 100\$000 e mais três fazendas sendo que a mais valorizada foi avaliada em 230\$000, sendo descrita uma produção pecuarista irrelevante, de apenas três bois, e uma dívida ativa de 73\$333, além de seis escravos que valiam 1:205\$000.

Portanto vê-se que em uma mesma família encontram-se irmãos com trajetórias diferentes. Enquanto alguns conseguem mais prestígio social e uma melhor condição econômica, outros quase não alcançaram condições que lhes

³ ACSM – Cód. 102 – Auto 2131 – 1º Ofício

permitissem abrir um inventário, como o caso dos filhos Manoel Martins Paiva e de João Pedro Martins Paiva que não manteve as mesmas condições de vida de seus pais, e nem mesmo que alguns irmãos. Destinos diferentes podem ser explicados por motivos como um melhor casamento, o que proporcionava melhores relações sociais, como compadrio, amizade, etc. Infelizmente não houve tempo ou oportunidade de se trabalhar com uma série mais ampla e variada de documentos que certamente permitiriam apreender essas questões, porém essas reflexões, mesmo que não categóricas, permitem enxergar as diferentes trajetórias, incertezas e insegurança que homens e mulheres estavam propícios a enfrentar.

Outro caso bastante interessante é o de Antonio Pereira Gularte⁴, português, natural da freguesia de Nossa Senhora da Candelária, Bispado de Braga, que veio para o Brasil com 11 anos de idade, filho de Francisco da Costa Gularte e Catharina Dias Machado. Era casado com Juliana de Matos Pereira, natural de Guarapiranga e filha natural do Capitão Antonio de Matos Pereira. Tinham oito filhos, sendo que apenas duas apareciam como casadas, e um modesto monte-mor que somava 302\$350. As condições de vida dessa família eram simples, pois não aparece descrito em seu inventário nenhum objeto de uso doméstico e pessoal, como utensílios, roupas ou joias, apenas uma espingarda. Entre seus instrumentos de trabalho merece destaque um forno de torrar farinha, avaliado em 6\$000. Este inventariado possuía ainda duas moradas de casas que juntas valiam 106\$000, e um sítio avaliado em 120\$000, possuindo ainda duas escravas que somavam 50\$400. Percebe-se, portanto, através da descrição do inventário de Antonio Pereira Gularte, que este não possuía uma situação econômica tão tranquila, o que se pode confirmar através de duas justificações movidas por ele. A primeira diz respeito à necessidade de Antonio Pereira Gularte e sua mulher em se habilitarem como herdeiros da legítima de seu sogro, o Capitão Antonio de Matos Pereira, tendo que comprovar que eram casados e que sua esposa era realmente filha natural do dito capitão, como este acabou declarando em seu testamento. O casal recorre então à justiça a fim de terem direito à legítima paterna da esposa,

⁴ ACSM – Cód. 26 – Auto 676 – 1º Ofício

certamente pelo fato de necessidade econômica e da situação difícil em que viviam.⁵

Na outra justificção, Antonio Pereira Gularte pede a dispensa da tutela dos sete filhos do defunto Francisco Lopes de Sampayo. O suplicante afirma que “além de não saber ler, nem escrever, tem a legítima escusa de ter seis filhos legítimos debaixo de seu pátrio poder, por serem todos vivos (...) bastava que os ditos seus filhos fossem cinco por não dever ser compelido a aceitar a dita tutela (...)”⁶. Além de ser amparado pela lei, que isentava o indivíduo com mais de cinco filhos de aceitar o papel de tutor, Antonio Pereira Gularte certamente não teria condições de tutelar sete órfãos, em função dos imprevistos e riscos tanto econômicos quanto social que esta função poderia exigir.

Durante esta pesquisa foram encontrados alguns documentos de um dos filhos de Antonio Pereira Gularte, que era seu homônimo. Este era natural de Guarapiranga, casado com Bernarda do Sacramento, também natural de Guarapiranga e filha natural de Vitória, escrava de Miguel José Machado, e de pai incógnito, que recebera seu nome como uma homenagem à sua madrinha Bernarda do Sacramento, prática comum nesse período. Infelizmente não se encontrou o inventário de Antonio Gularte, o filho e somente seu testamento⁷, em que deixava como herdeira universal sua esposa. Este declara em seu testamento que pertencia à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na freguesia de Guarapiranga, e que deixava várias dívidas por crédito. Porém foi encontrado o inventário e o testamento de sua esposa, Bernarda Maria do Sacramento, que deixava como herdeiro seu único filho, Inocêncio José Machado, nome que pode significar uma tentativa de demonstrar que este era neto de Miguel José Machado, proprietário de sua mãe, a escrava Vitória e avô de Inocêncio. Ao falecer, no ano de 1801, em seu inventário, Bernarda Maria do Sacramento declarava ser filha de Miguel José Machado. O inventariante e filho Inocêncio, de 42 anos, descreveu os bens que compunham o patrimônio de sua mãe, que somava 277\$900. Era composto por alguns poucos bens

⁵ ACSM – Cód. 302 – Auto 6186 – 1º Ofício

⁶ ACSM – Cód. 296 – Auto 5933 – 1º Ofício

⁷ ACSM – Livro 75 – Fls. 143 – 1º Ofício

móveis no valor de 5\$100, rústicos instrumentos de trabalho que valiam 2\$400, uma vaca e um cavalo, uma roça com terras de planta e suas benfeitorias, avaliada em 110\$000, além de três escravos, um doente e outros dois de 50 e 14 anos. Em seu testamento, Bernarda institui como herdeiro seu filho, e apesar de sua precária condição econômica beneficia dois agregados com 1/4 de ouro cada um.

Pode-se perceber, pelas informações descritas, que Antonio Pereira Gularte, tanto o pai como o filho, apresentaram o mesmo nível de vida, não possuindo uma riqueza considerável, o que passou, portanto, de geração. Outra questão interessante, e que pode não ser uma mera coincidência, está no fato de que ambos se casaram com mulheres forras e filhas de capitães. Uma explicação que podemos aventar é que esta situação poderia significar um “negócio” interessante para os dois lados. Para essas mulheres negras ou pardas que conseguiam se casar com homens brancos, inclusive um deles português, havia a possibilidade de obterem maior respeito frente à sociedade. Para esses homens que não conseguiram casamentos melhores significava a possibilidade de constituírem família com mulheres que poderiam herdar um quinhão na riqueza de seus pais.

Outra trajetória que buscar-se-á reconstituir com base na documentação que encontrada foi a de Francisco Ferreira de Melo⁸, seu pai Caetano Coelho da Costa⁹ e sua irmã Apolônia Maria de Jesus.¹⁰ Francisco era casado com Margarida Rosa de Jesus, era natural do Furquim, onde ainda residia, enquanto seus pais Caetano Coelho da Costa e Maria da Assumpção, e seus avós eram naturais da Ilha Teixeira, Bispado de Angra. Já sua esposa Margarida era natural de Guarapiranga e filha do Capitão José Gonçalves Vieira e Quitéria Gonçalves de Almeida. O casal teve nove filhos, sendo que o mais velho faleceu antes de seu pai e a idade dos demais variava entre 3 e 14 anos. Francisco deixou um monte-mor que somava 757\$674 e era composto por joias de ouro que valiam 14\$424, bens móveis simples que somavam

⁸ ACSM – Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício

⁹ ACSM – Cód.51 – Auto 1151 – 1º Ofício

¹⁰ ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

12\$375 e instrumentos de trabalho, dentre os quais podemos destacar um tear aparelhado, que foram avaliados em 27\$675. Deixou também uma significativa produção agropecuária, com 240 alqueires de Milho, 31 cabeças de porcos, 15 ovelhas, dois cavalos e um garrote, que somavam 78\$200. Possuía ainda meia sesmaria com suas benfeitorias avaliada em 400\$000, além de três escravos que valiam 225\$000. Portanto Francisco, sua mulher e filhos levavam uma vida relativamente tranquila.

Se se retroceder um pouco no tempo e analisar o inventário do pai de Francisco, Caetano Coelho da Costa, encontram-se dados bastante interessantes. Quando faleceu em 1759, Caetano deixou um monte-mor no valor de 825\$425, oito filhos, sendo duas casadas e mais seis menores de 14 anos, dos quais Francisco era o mais velho. Deixou irrelevantes bens móveis e ferramentas, cinco bovinos e um cavalo e seis escravos avaliados em 594\$000. Como tutor dos menores foi designado Manoel Afonso Rigueira, casado com Apolônia Maria de Jesus, irmã de Francisco Ferreira. Este ficou responsável por dar conta da divisão da legítima entre os herdeiros e de conduzir os rendimentos futuros. O fato de ter uma condição de vida relativamente tranquila permitiu a Manoel Afonso Rigueira tutelar os seis filhos menores de seu sogro, inclusive Francisco Ferreira de Melo. Porém, em 1793, o tutor faleceu deixando descrito em inventário para a partilha entre sua viúva Apolônia Maria e seus cinco filhos a quantia de 1:185\$150, ficando a viúva com 592\$575 e a cada herdeiro 118\$575. Com relação à descrição dos bens, detectou-se móveis e ferramentas simples e comuns, porém foi declarada uma relevante produção agropecuária, com uma junta de bois, uma besta, 40 porcos e 200 alqueires de milho no paiol, que somavam 64\$400, além de uma sesmaria com terras de planta e benfeitorias, que ficava na Ponte Nova, freguesia do Furquim, onde a família residia, avaliada em 450\$000. Possuía também sete escravos que valiam 630\$000. Ao falecer, Manoel deixou seu filho mais velho Manoel Afonço da Costa como tutor e este ainda dividiu entre os três menores a quantia de 220\$000, referente ao trabalho realizado por dois escravos de serviços durante cinco anos, desde a morte do pai. A vida seguia relativamente tranquila, mas, tempos depois, a insegurança e incerteza que caracterizavam o mundo colonial

caíram sobre a família. No ano de 1806, Apolônia Maria de Jesus e Manoel Afonço da Costa recorrem à justiça com o seguinte objetivo:

Dizem Apolônia Maria de Jesus, viúva de Manoel Afonço Rigueira e Manoel Afonço da Costa herdeiro do mesmo como filho legítimo e tutor dos órfãos, que possuem uma Fazenda de Cultura no lugar da Ponte Nova, freguesia do Furquim, e por que as moléstias naturais têm reduzido a cinzas alguns escravos do casal, e a barbaridade do gentio tirado a vida a outros, por cuja razão se vêm impossibilitados de poder subsistir no lugar e menos fazer interesses com que possam alimentar-se e pagar numerosas dívidas do casal, com o resto da mesma fazenda, dizimos e outras mais, nestas tristes circunstâncias.¹¹

O Juiz de Fora e Órfãos julgou no ano de 1806 e comunicou a seguinte sentença:

(...) se digne mandar para melhor comodidade de se pagar as dívidas, que se disponha da fazenda pelos meios mais próprios, e com o seu produto se paguem os credores, atento, à falta dos necessários meios de poderem nela fazer interesse algum.¹²

No entanto, o advogado João de Souza Barradas, indicado como curador da herança do falecido Manoel Afonso Rigueira, não concordava com os suplicantes e com a sentença do Juiz, e recorreu:

Não posso convir na venda da Fazenda de Cultura de que trata o requerimento atento à proibição das ordenações, pois, determina que em nenhum caso se vendam bens de raiz dos órfãos, salvo que tal necessidade que se não possa escusar, muito mais quando os suplicantes não mostram de forma alguma haja necessidade que expõem no seu requerimento. O meritíssimo Dr. Juiz de Fora e Órfãos decidirá o que for mais justo.¹³

O Juiz de Fora aceitou a apelação do curador e afirmou que a dúvida deste procede, pois, os suplicantes não indicam por modo geral a necessidade de venda. Vê-se, portanto, que as incertezas do mundo colonial poderiam, de um momento para outro, complicar a vida de certas famílias. Infelizmente não se

¹¹ ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

¹² *Idem*

¹³ *Idem*

conseguiu encontrar o inventário de Apolônia Maria de Jesus, e assim identificar se a fazenda ainda permanecia com a família, ou se foi vendida, e dessa maneira continuar acompanhando a trajetória dessa família que, se num primeiro momento, possuía melhores condições que as de Francisco Ferreira de Melo e Caetano Coelho da Costa, possivelmente anos depois se encontrariam em situação bem mais precária. Percebe-se, portanto, que principalmente os grupos menos privilegiados da sociedade estavam à mercê dos diversos problemas, e geralmente sozinhos não conseguiam superá-los caso não pudessem recorrer a pessoas mais privilegiadas e de maior influência na sociedade.

A questão referente às relações e distinções sociais aparece de forma bastante interessante nesta próxima trajetória analisada. Bernardo Viera Marques¹⁴, natural da freguesia de Passos, Bispo do Porto. Era filho de Antonio Silva e Luiza Vieira, solteiro, embora tivesse tido três filhos com sua escrava Sebastiana, já falecida. Uma de suas filhas, Tereza, vivia sob o estado de emancipada. O seu segundo filho, Antônio, faleceu depois da morte do pai, e a terceira filha, Genoveva, era casada com David da Silva Ribeiro. Em seu inventário consta apenas um crédito no valor de 1:400\$000 que devia ao falecido, Antonio de Faria Salgado, seu inventariante, referente a 17 escravos e mais bens que foram vendidos, ficando às duas herdeiras 466\$666. Em seu testamento, além de afirmar que deixava seus filhos como herdeiros do restante que ficar de sua fazenda depois de pagas suas dívidas e satisfeitos seus legados, deixava-os também alforriados. Ou seja, os seus filhos até o momento de sua morte viviam como seus escravos. Declarava também que: *deixo 200\$000 à pessoa que me fizer mercê recolher os ditos meus herdeiros para seus alimentos até se arrumarem.*¹⁵

Apesar dessa recompensa, percebe-se, através do inventário de Bernardo Vieira Marques, que não foi nada fácil conseguir um tutor para seus filhos. O primeiro indicado foi José Gonçalves da Costa, e este pede dispensa alegando que:

¹⁴ ACSM – Cód. 15 – Auto 473 – 1º Ofício

¹⁵ *Idem.*

Pelo fato de ser morador na Pirapetinga distante seis ou sete léguas de onde faleceu o pai dos órfãos (Xopotó), e que como estes são mulatos e o suplicante homem branco tratando-se a lei de nobreza parece e é sem dúvida que não pode ser obrigado a assinar tal tutela e além disso tem 65 anos de idade e padece de várias queixas e também passadas as águas mudará para o Serro Frio onde tem lavras e escravos.¹⁶

Através desse requerimento, pode-se perceber que a relação entre pobres e ricos, negros e brancos era bastante complexa, tratando-se de uma sociedade amplamente excludente, onde o tutor indicado se recusava a assumir a tutela dos órfãos, entre outras questões, pela lei de nobreza, que retirava dele a obrigação de assinar a tutela, pedido no qual foi bem sucedido. Dessa maneira, procurou-se indicar como tutor pessoas da mesma condição sendo designado Euzébio de Chaves Moreira que, no entanto, pediu dispensa por ser pobre, viver de esmola e não ter inteligência para tal função, sendo também dispensado. Foi indicado então Gabriel Barbosa Coura, que por se declarar pobre, doente e morar longe, também foi dispensado. Outro que foi dispensado do papel de tutor por ser pobre e possuir mais de seis filhos foi Rodrigo Gomes de Oliveira. Portanto a tutela dos órfãos apresentou dificuldades com relação a sua definição, tanto por indivíduos de condição superior, como aqueles de mesma situação. Ficou então como tutor Pedro de Villas Boas Fruão, porém este vivia longe das órfãs, que ficaram sob seu poder, ficando realmente responsável por elas o Alferes Antonio de Faria Salgado, inventariante do falecido de quem se obteve um interessante depoimento:

Diz o Alferes Antonio de Faria Salgado, morador na freguesia de Guarapiranga que ele suplicante tem umas órfãs em sua casa, e as tem educadas e criadas como suas filhas e agora tem ocasião de dar estado a uma delas por nome Genoveva, com David da Silva Ribeiro, oficial de ferreiro pessoa de mesma igualhia e compatibilidade de a sustentar, pois, tem tenda estabelecida nesta mesma freguesia, e como destes acertos não se acha a cada passo o tutor dela que está em outro termo, e ele suplicante as tem a seu cargo.¹⁷

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ *Idem.*

O requerimento foi aceito e o marido de Genoveva, David da Silva Pereira, entrou com uma justificação requerendo a parte da herança que cabia à sua esposa com o falecimento de seu pai, tendo sido bem sucedido. David e Genoveva casaram-se no ano de 1796, sendo ele natural de São Francisco das Chagas do Taubaté, Bispado de São Paulo, filho de Antonio da Silva e Domingas da Fonseca. Nesta pesquisa, trabalhou-se com o inventário deste casal, em função do falecimento de David da Silva Ribeiro no ano de 1795. Pode-se perceber nitidamente que a condição de vida do casal sofreu significativa queda, apesar de que, ao ser alforriada pelo pai, Genoveva adquiria uma certa ascensão, e com isso uma possível melhoria de sua condição de vida. David teve com Genoveva dois filhos e uma filha, sendo esta casada, e deixou um monte-mor de 132\$700. Declarou a viúva inventariante que o casal possuía poucos e rústicos bens móveis e instrumentos que valiam 2\$700 e três escravos, sendo que um deles sem valor e os demais avaliados em 130\$000. A queda na condição de vida desse casal pode ser comprovada pelo fato de que Genoveva havia herdado de seu pai 466\$666 e o monte do casal apresentava um valor bem abaixo desse. Também no inventário é informado que a inventariante e seu marido havia dotado sua filha Maria para se casar com João de Medeiros, com suas terras de planta, o que podemos entender como uma possível estratégia para se conseguir um bom casamento para sua filha¹⁸. Essa família percorreu uma trajetória bastante confusa, o que certamente deveria marcar a vida de muitos indivíduos de grupos menos privilegiados da sociedade, que procuravam alternativas e estratégias em busca de uma vida menos miserável.

Portanto, ao mostrar a trajetória de algumas famílias camponesas, buscou-se demonstrar a complexidade de situações inesperadas que marcavam suas vidas e como buscavam responder às necessidades que surgiam. Nos casos analisados, a maior parte dos filhos não conseguiu superar as condições de vida dos pais, o que pode significar uma certa dificuldade em manter relações sociais com indivíduos de grupos mais privilegiados, restando principalmente a

¹⁸ ACSM – Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício

esses camponeses contar com a solidariedade de seu grupo e também familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855.** Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp.

DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa.** São Paulo: Perspectiva, 1985.

DAVIS, Natalie Zemon. Las Formas de Historia Social. In: **História Social**, n.10, primavera-verano, 1991.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques. (org). **Jogos de Escala.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

REVEL, Jacques. História ao Rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VOLVELE, Michel. A longa duração. In: **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SITE:

LEVI, Giovanni. <http://www.historia.fsc.unc.br/mo-hist/e-levi-coshtm>. Entrevista de Juan Jose Marím a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2. Acesso em: 15. Jul. 2013.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana – ACSM

Cód. 105 – Auto 2171 - 1º Ofício
Cod. 105 – Auto 2171 – 1º Ofício
Cód. 102 – Auto 2131 – 1º Ofício
Cód. 26 – Auto 676 – 1º Ofício
Cód. 302 – Auto 6186 – 1º Ofício
Cód. 296 – Auto 5933 – 1º Ofício
Livro 75 – Fls. 143 – 1º Ofício
Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício
Cód.51 – Auto 1151 – 1º Ofício
Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício
Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício
Cód. 15 – Auto 473 – 1º Ofício
Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício

CLARICE LISPECTOR: A ESCRITA DA INCOMPLETUDE PARA O GOZO DO LEITOR

Paulo Roberto Antunes¹

RESUMO

O presente texto tem como objetivos discutir as principais características da metodologia micro-histórica, suas contribuições e importância para um maior dinamismo e “renovação” dos estudos históricos. Serão analisadas a contribuição desta metodologia para os estudos acerca do estabelecimento das redes sociais durante o Antigo Regime colonial brasileiro e, deste modo, entender a dinâmica das relações sociais estabelecidas nesse período. Para a realização de tal exercício, analisar-se-á as trajetórias de algumas famílias da freguesia de Guarapiranga no final do século XVIII e início do XIX para, dessa forma, esclarecer, de forma ainda inicial, como a micro história pode ser uma rica ferramenta nos estudos em questão.

Palavras-Chave: Micro história; Redes sociais; Antigo regime.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the main characteristics of the micro-historical methodology, their contributions and importance to greater dynamism and "renewal" of historical studies. We seek to analyze the contribution of this methodology for studies on the establishment of social networks during the Brazilian Colonial Old Regime and thus understand the dynamics of social relations in this period. For conducting such an exercise will analyze the trajectories of some families of the parish of Guarapiranga, in the late eighteenth and early nineteenth century to thereby clarify even original form as micro history can be a rich tool in the study in question.

Keywords: Micro history; Social networks; The old regime.

INTRODUÇÃO

A grande obra tem de ser obscura, exceto para poucos, para aqueles já iniciados em mistérios. Comunicá-los é secundário. Necessário mesmo é um bom leitor.

Henry Miller

¹ Mestre em Letras (Linguagem, Cultura e Discurso), graduado em Direito pela FDCL e Pedagogia pela Unimes; professor de Comunicação da Faculdade Santa Rita – FaSaR.

Caminhantes solitários em direção à nossa própria tumba, pois “morrer é uma noite selvagem e uma nova estrada”¹, somente há como indubitável o término de nossa existência, o penetrar a “nova estrada” da visão dickinsoniana. Tudo o mais resta como solto, fragmentos dispersos do passado e do presente. Do futuro, apenas temos a ilusória sensação de estabilidade. Almejando, neste trabalho, refletir acerca do gozo do leitor causado pela incompletude que emana da escrita, especialmente frente a textos que possibilitam a infinitude de múltiplas leituras – já que a ausência de eternidade nos assombra e causa prazer angustiante –, elegemos a obra de Clarice Lispector para melhor explicitar tal temática, mesmo porque “a gente tem a forte impressão de que projeto literário de Clarice é o de ampliar as ambigüidades do mundo e não o contrário”.²

Partindo do pressuposto de que a palavra *gozo* admite diversificadas acepções, torna-se necessária uma visão esclarecedora acerca do vocábulo que permeará nosso texto:

A palavra gozo tem múltiplas utilizações, desde a significação sexual até a de deleite, desfrute, se estendendo com a psicanálise, aqui já como um conceito. Dizemos que o gozo está para além do prazer e é o que produz a aderência aos sintomas. Por isso é penoso e difícil abandonar os sintomas, porque neles há um benefício. Um ganho secundário, indireto.³

Segundo Roland Barthes (1973), o texto de gozo é sempre insuportável, sempre colocando em jogo a morte, a perda, a destruição das certezas do sujeito, a ruína de seus alicerces. Ao leitor de Clarice é conferida com amplitude a possibilidade do gozo devido à incompletude das palavras que seleciona, de seu intrigante e estranho modo de narrar, de suas idéias “caóticas”, de seus mundos nublados e seus personagens fragmentados na essência, incompletude esta que se pode

¹ Frase de autoria de Emily Dickinson (1830-1886) retirada de “Cadernos entre Livros”, volume 3, página 30, publicação da Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda, São Paulo, 2007, que serviu de epígrafe para o ensaio de José Lira intitulado “Emily Dickinson: a branca voz da solidão”.

² Fala da professora doutora Ana Maria Clark Peres proferida durante aula da disciplina “Clarice Lispector e a orientação em direção ao Real: uma questão de estilo”, realizada em 17-04-2007, no Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais no campus da Pampulha em Belo Horizonte-MG.

³ Optamos por esse esclarecimento referente à palavra mencionada, objetivando proporcionar ao leigo em Psicanálise uma visão mais clara sobre o termo. Trata-se, aqui, de definição realizada pela psicanalista Regina Teixeira da Costa, na coluna “Em Dia com a Psicanálise”, retirada do texto “O mandamento pós-moderno”, publicado no jornal Estado de Minas, Caderno Cultura, página 2, em 10 de julho de 2007.

entender como uma marca de insistência no interior de seus densos textos em que os signos linguísticos⁴ vêm para consertar e desconsertar a vida, apresentando-se como cacos de um mosaico que teima na formatação do simbólico fixo e imutável, mas que termina sempre atropelada pela própria incapacidade de tornar estática e fechada a desordenada utopia da significação exata. A fragmentação textual de que tratamos foi testemunhada pela amiga da romancista, Olga Borelli: “Clarice tomava notas onde quer que estivesse. Na lanchonete, em guardanapos; no cinema, no maço de cigarros. Clarice ia construindo suas obras fragmentariamente”.⁵

A escrita clariceana expõe indícios de que a escritora tinha consciência e até intimidade com a noção de que as incompletudes na narrativa eram modo exato de fisgar o leitor, pois ele mesmo – ser incompleto e angustiado – paradoxalmente se sente atraído (e goza) por (com) doses maiores de consciência da ausência de plenitude na vida, nos seres, nas coisas. Daí depreender-se que a escrita “incompleta”, “indecisa” e em constante estado de abertura para outras complementações é mais instigante e perfeita, pois conforme assegura PERES (2005, p. 93) “O curioso é que, para muitos críticos, a obra é sinônimo de perfeição, justamente quando ela escancara a impossibilidade da perfeição, ou seja, a incompletude (a “não-relação sexual”), transmitindo-nos o real do gozo e provocando, assim, incontáveis, indecíveis leituras”.

Já em sua primeira publicação, “Perto do Coração Selvagem”, o leitor se depara com a própria autora confessando seu sentimento de incompletude frente ao desejo e à nomeação: “O que desejo ainda não tem nome”⁶. É a visão clariceana denunciando a instabilidade do desejo, a linguagem com suas falhas, suas lacunas infundáveis, mas também com, e por isso, suas amplas possibilidades de (re)inventar (desejar e gozar novos) universos:

⁴ Pensamos a palavra signo, neste texto, em conformidade com a Linguística de Saussure, para a qual “o “significado” é um conceito, uma idéia referenciada à palavra, e não o objeto real a que se refere. Da mesma forma, o “significante” não é o som pronunciado ao se enunciar uma palavra, mas a sua imagem acústica. O significante e o significado têm absoluta independência um do outro, aparecendo como um par associado, mas não estanque e fixo. Já para Lacan, o significante não só é autônomo em relação ao significado, como também tem uma importância essencial que não pode ser igualmente atribuída ao significado (...)” (BATTAGLIA, 2007, p. 18).

⁵ Depoimento contido no livro “Clarice Lispector – Literatura Comentada”, na página 4, editado pela Abril Educação em 1981.

⁶ LISPECTOR, 1995, p. 82.

A linguagem em Clarice não é um instrumento submisso de descrição do mundo, mas um espaço de invenção, já que o mundo não há além daquele que intuímos, sentimos e, pensando, dizemos. Percurso de acidentes, de renúncias, de impossibilidades, em que se aceita a insuficiência da palavra como continente. Aprendizado da limitação que ela admitia com humildade.
7

Ao se colocar como incapaz de nomear o que deseja, Clarice produz em seu leitor um efeito especularizável: ele se vê a si como objeto paciente dele próprio na medida que se descobre como ser insaciável e condenado ao desejo, à insatisfação eterna, pois cada desejo saciado abre uma fenda para um novo desejar, ininterruptamente, afinal o desejo aloja-se sempre fora, nunca dentro de nós mesmos:

O desejo é sempre de outra coisa, que não complementa a imagem e não satisfaz as pulsões – o desejo pressupõe a falta. Falta que, aliás, marca uma das diferenças entre Freud e Lacan: enquanto para Freud o desejo tem uma gênese empírica na perda de simbiose do bebê com sua mãe, para Lacan o desejo é a necessária relação do ser com a falta.⁸

A obra de Lispector, desde cedo, é pontuada por genialidade ímpar e o diferencial de se apresentar dissociada da padronização daquelas de que, até então, se tinha notícia no panorama literário brasileiro. Não é por acaso que sua produção textual na infância já continha o estigma do hermetismo:

Ali (Diário de Pernambuco) eram publicadas as melhores histórias enviadas pelas leitoras mirins, com sorteio de vários prêmios. Nunca ganhei nada. Depois de muito pensar encontrei o porquê: todas as histórias vencedoras relatavam fatos verdadeiros. As minhas continham sensações vividas por personagens fictícias. (GOTLIB, 1995, p. 87)

Ora, escrever *sensações vividas* é pontuar-se no epicentro desconcertante da incompletude e gozar receosamente o terremoto da palavra redigida, pois conforme já dissera a ficcionista, *escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permanecerá apenas vago*

⁷ Trecho do texto “Perto de Clarice”, redigido pela professora de Literatura Brasileira dos cursos de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-RJ, Rosiska Darcy de Oliveira, inserido como apresentação do livro “Perto do Coração Selvagem” na edição de 1995 da Editora Francisco Alves.

⁸ Explicação contida no texto “A estrutura do Psiquismo”, de autoria de Laura Battaglia, publicado na página 18 da Revista Viver – mente e cérebro, Coleção Memória da Psicanálise, edição especial intitulada “A lógica do sujeito em Lacan”, publicada pela Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda em 2007.

e sufocador. *Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada*⁹, enfim, a escritura clariceana é paradoxal elo de troca de incompletudes entre autor e leitor quando sincronizados à procura do gozo no texto porque vivenciar “sensações vividas” pelo outro é um doloroso processo de experimentar pela metade.

Em “A Maçã no Escuro” muitas marcas de pontuações da falta de sentido, da incompletude são lançadas, *Perdi a linguagem dos outros* (p. 31), *A harmonia – uma harmonia imensa e sem sentido – rodava com sua cabeça vazia* (p. 53), [...] *tocar na grande falta era talvez a aspiração de uma pessoa.* (p. 174). E o mesmo processo reitera-se em livros subseqüentes: “A Paixão Segundo G. H.”: *Só meus retratos é que fotografavam um abismo? Um abismo. Um abismo de nada. Só essa grande coisa grande e vazia* (p. 27), *O quarto era o retrato de um estômago vazio* (p. 48); *Sentir esse gosto do nada estava sendo a minha danação e o meu alegre terror.* (p. 122); “Água Viva”: *Estou consciente de que tudo o que sei não posso dizer, só sei pintando ou pronunciando sílabas cegas de sentido* (p. 11), *Atrás do pensamento não há palavras [...]* (p. 27), *Só uma pessoa muito delicada pode entrar no quarto vazio onde há um espelho vazio, e com tal leveza, com tal ausência de si mesma, que a imagem não marca* (p. 72); “Um sopro de vida (Pulsações)”: *Eu queria escrever um livro. Mas onde estão as palavras? Esgotaram-se os significados.* (p. 14), *De repente as coisas não precisam mais fazer sentido. [...] O não sentido das coisas me faz ter um sorriso de complacência.* (p. 13); “A Hora da Estrela”: *Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever* (p. 31), *A minha vida a mais verdadeira é irreconhecível, extremamente interior e não tem uma só palavra que a signifique* (p. 31), *É que “quem sou eu?” provoca necessidade. E como satisfazer a necessidade? Quem se indaga é incompleto.* (p. 36).

Nesse processo de exteriorização da falta de sentido das palavras e do mundo que ela tenta representar, a autora se envereda (e nos guia a nós, leitores) por um interminável túnel de incompletudes que gradativamente vai tornando o texto mais instigante e delicioso em direção ao alvo pretendido: o gozar. E o gozo que temos ao percorrer as trilhas textuais da obra clariceana se desdobra em novos gozos, que trazem outros gozos... – orgasmos.

⁹ In GOTLIB, 1995, p. 28.

A própria personagem central da última obra escrita por Clarice, “A Hora da Estrela”, Macabéa, apresenta-se como uma nulidade, um nada que de tão vazio expande o gozar do leitor da/na leitura da novela que, como a própria autora define, é ausência sonora e questionamento: “Este livro é um silêncio. Este livro é uma pergunta”¹⁰. Então pode-se pensar que Macabéa, enquanto incompletude, atinge ponto mais elevado do ser em estado de ausência, falta, causando o clímax do gozo de quem lê porque se projeta no horizonte mental como **antídoto para alívio da angústia do escritor e do próprio leitor** (grifos nossos), angústia gerida pela sensação de falta de sentido em tudo e todos: “Serve-se [Clarice], portanto, da própria angústia, fazendo um bom uso dela. Nós, seus leitores, também nos servimos de Macabéa, fazemos um bom uso de sua “loucura” angustiante em nossos exercícios de leitura-reescritura” (PERES, 2005, p. 119).

O produto final da mescla entre linguagem e sentido propicia um espaço de ausências e vazios possibilitando a iniciação da comunicação e, durante o processo de produção e recepção da obra literária, compõe-se a relação de diálogo entre autor, obra e leitor. E nesse processo dialógico, “a fusão de expectativas acontece necessariamente, pois as do autor se traduzem no texto e as do leitor são transferidas ao texto. Assim o texto é o espaço em que ambos podem estranhar-se ou identificar-se”.¹¹

A literatura de Clarice é, em quase sua totalidade, um ato de estranhamento e auto-estranhamento das personagens (e leitores) à busca da própria identidade que lhes foi roubada pelo cotidiano, daí a presença de tantas epifanias que, paradoxalmente, são reveladoras de uma falta, uma incompletude que nunca se esgota, e mais, incide pontiaguda sobre a (in)consciência do leitor na posição do sujeito em êxtase durante o processo de gozo e:

Mais ainda, Clarice também capta com maestria a posição do sujeito diante do próprio discurso e evidencia que um ato – mesmo em discurso – não permite neutralidade: ainda que em um aparente monólogo, o sujeito está dividido entre aquele que fala e aquele que escuta. (BATTAGLIA, 2007, p. 54)

¹⁰ LISPECTOR, 1984, p. 37.

¹¹ Trecho do trabalho “A Literatura de Massa na perspectiva da recepção da estética”, redigido e apresentado pela professora Márcia Adriana de Souza Verona no XI Encontro Regional da ABRALIC 2007 em 24-07-2007 no Simpósio “Literatura, Artes, Saberes”, a ser publicado nos Anais da Associação Brasileira de Literatura Comparada.

Como se percebe, observamos que a escrita da incompletude tecida de forma artesanal por Clarice leva o leitor à literatura de gozo, pois “permite entrever as possibilidades e os limites daquilo que a palavra não é capaz de dizer”¹², possibilidades e limites estes que sempre abrem portas para outras portas no minado e desconcertante campo da significação, aplicando na corrente sangüínea do leitor a sensação de um iletrado tsunâmi que afoga, mas extasia. Assim é a literatura clariceana:

[...] é um não sentido que se configura, não porque há algo recalcado, que um dia esteve ali e não consegue ser rememorado, mas porque há um limite real da linguagem que esbarra na denominação de um objeto constituinte que não está em parte alguma, que no entanto se interpõe no curso da vida marcando sua borda.¹³

Tal objeto amórfico e inacessível, ao qual Lacan denominou “objeto a”, é o verso e o anverso, a sombra e a luz, imagem e anti-imagem do cosmo clariceano para nosso gozo literário. A obra da autora, escrita no passado e amplamente estudada no presente, devido à sua opacidade e abertura para o nosso nada/tudo vivente, já nasceu projetada para o futuro, predestinação dos verdadeiros imortais. E dela, em nós, estão e permanecerão os resíduos, flutuantes resíduos de uma mente nua, porque “a grande contribuição da humana demasiada humana Clarice é devolver a todos os seus leitores a grandeza de um fracasso”¹⁴, doce e vitorioso fracasso, já que *A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas – volto com o indizível*¹⁵. O retorno com a ausência, a escrita da incompletude: – gozo.

¹² BATTAGLIA, 2007, p. 54.

¹³ BATTAGLIA, 2007, p. 54.

¹⁴ Trecho do texto de Júlio Diniz contido na orelha do livro “A procura da palavra no escuro – uma análise da criação de uma linguagem na obra de Clarice Lispector”, de autoria de Gabriela Lírio Gurgel, editado pela Viveiros de Castro Editora Ltda., no Rio de Janeiro em 2001.

¹⁵ LISPECTOR, 1994, p. 98.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BATTAGLIA, Laura. **Dossiê: o enigma Clarice Lispector**. In: “Os limites da palavra”. REVISTA ENTRE LIVROS. São Paulo: Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda, ano 2, número 21, 2007.

CAMPEDELLI, Samira Youssef; JÚNIOR, Benjamim Abdala. **Clarice Lispector – Literatura Comentada**. São Paulo: Abril Educação, 1981.

COSTA, Regina Teixeira da. In: **Jornal Estado de Minas, Caderno Cultura**. Belo Horizonte: 10 de julho de 2007.

DINIZ, Júlio. Texto sem título. In: GURGEL, Gabriela Lírio. **A procura da palavra no escuro - uma análise da criação de uma linguagem na obra de Clarice Lispector**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda, 2001.

GOTLIB, Nádya Battella Gotlib. **Clarice – uma vida que se conta**. São Paulo: Editora Ática S. A., 4ª. Edição, 1995.

LIRA, José. In: **Cadernos entre Livros**. São Paulo: Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda, 2007.

LISPECTOR, Clarice. **Perto do Coração Selvagem**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 16ª. Edição, 1995.

_____, Clarice. **A Maçã no Escuro**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 9ª. Edição, 1995.

_____, Clarice. **A Paixão Segundo G. H.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 18ª. Edição, 1995.

_____, Clarice. **Água Viva**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 13ª. Edição, 1994.

_____, Clarice. **Um sopro de vida (Pulsações)**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1999.

_____, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: **Coleção Mestres da Literatura Contemporânea**, Editora Record, 1984.

PERES, Ana Maria Clark; PEIXOTO, Sérgio Alves; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa de. **O Estilo na Contemporaneidade**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005, 303 p.

_____, Ana Maria Clark. In “**A Angústia na literatura: a experiência de Clarice Lispector**”. REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

REVISTA VIVER – MENTE E CÉREBRO. **Coleção “Memória da Psicanálise”**. Edição Especial: “A Lógica do Sujeito em Lacan”. São Paulo: Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda., número 04, 2007.

VERONA, Márcia Adriana de Souza. **A Literatura de Massa na perspectiva da recepção da estética**. In: Encontro Regional da ABRALIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA. São Paulo: Simpósio: Literatura, Artes, Saberes, 24-07-2007.

